



Instituto Superior
de Lisboa e Vale do Tejo

ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Mestrado em Educação Social: Especialização em Crianças e

Jovens em Risco

Ser família adotiva: o processo de adoção e a adaptação das famílias na pré-adoção

Naida Catarina Muxagata Correia

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Especialização em Intervenção com
crianças e jovens em risco

Orientadora:

Professora Doutora Filipa Coelho

Fevereiro, 2023

Odivelas

Agradecimentos

À Professora Doutora Filipa Coelho, minha orientadora, pela disponibilidade constante, confiança demonstrada, ensinamentos e todo o apoio e força em todos os momentos.

À Equipa de Adoção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pela disponibilidade, colaboração e profissionalismo.

Às famílias adotivas que tão gentilmente aceitaram participar no estudo e que dedicaram o seu tempo partilhando as suas histórias, angústias, a sua capacidade de amar e a sua intimidade.

À Inês, à Rafaela e à Patrícia pelo apoio e disponibilidade para me ouvirem, pelos momentos passados, por todas as gargalhadas juntas, e principalmente pela amizade e carinho em todos os momentos.

À minha Lara, por toda a ajuda, amor, motivação e força, que esteve e estará presente em todos os momentos da minha vida. A irmã que nunca tive, que me acompanha desde as fraldas, crescendo e aprendendo juntas. A ti que significas casa e colo o meu obrigada.

Ao meu Marco, que me apoiou e apoia todos os dias, que me motiva a ser mais e melhor. Por me ouvir, por ficar ao meu lado sempre, pelo amor incondicional e palavras certas no momento certo. Por me fazer feliz todos os dias da minha vida.

Ao meu tio e primo, pela preocupação, carinho, risos e gargalhadas.

À minha avó, por estar sempre do meu lado, motivando-me para fazer sempre mais e melhor, pelo apoio e amor que estão sempre presentes.

Às minhas duas estrelinhas que me guiam e apoiam em todos os momentos da minha vida.

À minha mãe, que nunca me deixou desistir, que fez de mim o que sou hoje, que chora e ri comigo, que me ouve desabafar durante horas. Lutámos e vencemos, sempre juntas. Obrigada por teres sido mãe, pai, amiga e irmã, e principalmente por teres feito tudo por mim. Obrigada por me acompanhares em mais uma aventura e que venham muitas mais. O meu maior amor.

Resumo

É no seguimento do mestrado de Educação Social: Intervenção com Crianças e Jovens em risco que surge esta investigação. O objetivo da mesma prende-se com perceber o processo de adoção em Portugal e a fase de pré-adoção, na perspetiva das famílias e dos técnicos. Sendo a questão de partida deste estudo: Como percecionam os técnicos, as famílias e as crianças adotadas o processo de adoção?

A presente investigação tem como objetivos gerais (1) compreender o decorrer do Processo de Adoção em Portugal, (2) conhecer e caracterizar o acompanhamento realizado pelas equipas de adoção, (3) caracterizar os desafios e conquistas das famílias nos 6 meses após a adoção, chamado período de pré-adoção. Para o desenvolvimento do estudo, houve a necessidade de explorar os fundamentos teóricos que nos permitiram compreender a evolução desde a criança se encontrar em perigo até à adoção, as fases de processo de adoção e o período de pré-adoção. Participaram no estudo seis famílias adotivas e duas técnicas da equipa de adoção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Para a recolha de dados foram utilizadas entrevistas diferentes para os pais e para os técnicos, elaboradas de acordo com os objetivos do estudo. Os dados obtidos foram, de seguida, analisados através de tabelas com categoria e subcategoria, para que houvesse uma melhor compreensão dos mesmos, e depois discutidos. Com o presente estudo podemos concluir que o processo de adoção corre como planeado na Lei e que tem melhorado ao longo dos anos, tendo mais rigor, porém é demorado e cansativo para as famílias. Foi também possível compreender que o acompanhamento realizado no período de pré-adoção são contactos telefónicos e visitas por parte das técnicas, e segundo as famílias o apoio é bastante positivo e há uma grande disponibilidade da equipa. Por último conhecemos as maiores dificuldades das famílias adotivas, o impor regras e limites e a sensibilidade que este processo acarreta, bem como as maiores conquistas, as mudanças de temperamento e pequenas evoluções no que toca a doenças.

Palavras-chaves: Adoção; equipas de adoção; família adotiva; pré-adoção; processo de adoção.

Abstract

Following the master's degree in Social Education: Intervention with Children and Young People at Risk that this investigation arises. It's the objective to understand the adoption process in Portugal and the pre-adoption phase, from the families' and technicians' perspective. The starting question of this study is: How do technicians, families and adopted children perceive the adoption process?

The present investigation has the general objectives of (1) to understand the course of the Adoption Process in Portugal, (2) to know and characterize the follow-up monitoring provided by the adoption teams, (3) characterize the challenges and achievements of families in the 6 months after the adoption, called the pre-adoption period. For the development of the study, there was a need to explore the theoretical foundations that allowed us to comprehend the evolution from the child being in danger to adoption, the stages of the adoption process and the pre-adoption period. Six adoptive families and two technicians from the Santa Casa da Misericórdia de Lisboa adoption team participated in the study. For data collection, different interviews were used for parents and technicians, prepared according to the objectives of the study. The data obtained were then analyzed using tables with category and subcategory, so that there was a better understanding of them, and then discussed. With the present study, we can conclude that the adoption process runs as planned in the Law and that it has improved over the years, being more rigorous, but it is time-consuming and tiring for families. It was also possible to understand that the follow-up provided in the pre-adoption period consists of telephone contacts and visits by the technicians, and according to the families, the support is quite positive and the team is very available. Finally, we know the greatest difficulties of adoptive families, imposing rules and limits and the sensitivity that this process entails, as well as the greatest achievements, changes in temperament and small evolutions in terms of illnesses.

Keywords: Adoption; adoptive family; adoption process; adoption teams; pre-adoption.

Glossário de acrónimos e siglas utilizadas

CPCJ- Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PFA- Plano de Formação para a Adoção

RJPA- Regime Jurídico do Processo de Adoção

SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Índice

Introdução.....	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO DA PROBLEMÁTICA	3
1.1 A evolução histórica da legislação e das políticas sociais de proteção à infância.....	3
1.2 A criança em risco e/ou perigo	5
1.3. Medidas de Promoção e Proteção.....	6
1.4 Acolhimento residencial	8
1.5 Adoção.....	12
1.6 Processo de adoção em Portugal	14
1.7 Período de pré-adoção	20
CAPÍTULO II- METODOLOGIA	21
2.1. Problemática e Questão de Investigação	21
2.2 Objetivos do estudo	21
2.3. Tipo de Estudo.....	22
2.4. Amostra	22
2.5. Instrumentos de recolha de dados.....	22
2.6. Procedimentos	23
CAPÍTULO III- RESULTADOS.....	25
3.1. Análise dos resultados	25
3.1.1 Variáveis das famílias.....	25
3.1.2 Variáveis dos técnicos das equipas de adoção.....	31
3.2. Discussão dos resultados	39
a) Compreender o processo de adoção em Portugal	39
b) Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção	42
c) Identificar e caracterizar o acompanhamento realizado na pré-adoção	43
CAPÍTULO IV- CONCLUSÕES.....	44
CAPÍTULO V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Programa de Preparação da Criança para a Adoção.....	17
Tabela 2 - Cronograma	24
Tabela 3 - Motivações para adotar	26
Tabela 4 - Desenrolar do processo	26
Tabela 5 - Caracterização do processo	28
Tabela 6 - Duração do processo	29
Tabela 7 - As principais dificuldades na pré-adoção	29
Tabela 8 - As principais conquistas na pré-adoção	30
Tabela 9 - Caracterização do apoio da Equipa de adoção	31
Tabela 10 - Funções de uma Equipa de adoção	32
Tabela 11 - Caracterização do processo - Técnicos	34
Tabela 12 - Maiores preocupações das famílias	36
Tabela 13 - O que é mais difícil de gerir com as famílias	36
Tabela 14 - Maiores motivações das famílias para a adoção	37
Tabela 15 - O que é verificado na pré-adoção	37
Tabela 16 - Tipo de acompanhamento e presenças no mesmo	38

Índice de Apêndices

Apêndice A - Guião de entrevista para os técnicos da equipa de adoção	51
Apêndice B - Guião de entrevista para os pais.....	52
Apêndice C - Guião de entrevista para as crianças e jovens	53
Apêndice D - CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENCARREGADOS(AS) DE EDUCAÇÃO	54
Apêndice E - CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA TÉCNICOS.....	55
Apêndice F - CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS	56
Apêndice G - Entrevista aos técnicos da equipa de adoção	57
Apêndice H - Entrevista Família 1	65

Apêndice I - Entrevista Família 2.....	68
Apêndice J - Entrevista família 3	73
Apêndice K - Entrevista família 4	76
Apêndice L - Entrevista família 5.....	80
Apêndice M - Entrevista família 6	83
Apêndice N - Pedido de autorização à Santa Casa da Misericórdia.....	88

Introdução

A elaboração da presente dissertação surge no âmbito do Mestrado em Educação Social: Intervenção com Crianças e Jovens em Risco e terá como foco uma investigação sobre o processo de adoção e a fase de pré-adoção.

A escolha deste estudo prende-se com o interesse pela área do acolhimento residencial e da adoção e na pertinência em falarmos do processo de adoção, dando voz às famílias e técnicos de adoção.

Para além do processo de adoção é também importante abordar a fase pré-adoção. Sendo esta fase impactante, pois é quando as crianças integram a vida familiar, é de extrema importância falar sobre a mesma por quem melhor a conhece, os pais e técnicos, percebendo as dificuldades sentidas e os apoios fornecidos.

A adoção é uma resposta social dirigida a crianças ausentes de cuidados familiares e visa “realizar o superior interesse da criança” (Decreto-Lei nº 31/2003, p. 5313). Em Portugal, a adoção é regida pela Lei nº143/2015 de 8 de setembro e os processos de adoção são regulados pelo Regime Jurídico do Processo de Adoção (RJPA).

Alguns princípios orientadores da intervenção em matéria de adoção são: o superior interesse da criança a obrigatoriedade de informação, a criança e os candidatos devem ser informados sobre os seus direitos e os objetivos da intervenção; audiência obrigatória, a criança, considerando a sua idade, maturidade e capacidade de compreensão, deve ser ouvida no processo de adoção; participação, a criança e os candidatos têm o direito de participar na decisões do projeto adotivo; cooperação, todos os intervenientes (candidatos e entidades competentes) têm o dever de colaborar no processo; primado da continuidade das relações psicológicas profundas, a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas de grande significado e de referência (Capítulo I, Artigo 3.º, da alínea a) a f), da Lei 143/2015 de 8 de setembro).

Diversos são os estudos que abordam a adoção, a vinculação entre pais e filhos, os sentimentos dos pais, o luto da criança perante a sua família biológica, porém pouco se fala do processo de adoção.

Face a tal entendemos ser uma investigação de enorme interesse, pertinente e potenciadora, na medida em que, entendemos que se trata de uma investigação pertinente,

do ponto de vista social e científico, potenciadora de reflexão para aqueles que exercem a sua profissão em torno da adoção, bem como para a comunidade científica.

Neste seguimento foi realizado um enquadramento teórico com enfoque na Criança em Risco, as Medidas de Promoção e Proteção, o Acolhimento residencial, a Adoção, o Processo de adoção e o Período de pré-adoção. De seguida, contextualizaremos o processo metodológico que sustenta esta investigação, um estudo de caso, tendo como amostra os técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e famílias adotivas, bem como apresentamos a questão de partida e definimos os objetivos de investigação, enquanto etapa metodológica fundamental para clarificar as respostas que procuramos encontrar através do estudo.

Este estudo caracteriza-se enquanto um estudo de caso e será desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, uma vez que irá ser aplicado um instrumento de avaliação, a entrevista.

Por fim, descrevemos, interpretamos e discutimos os resultados obtidos, bem como explicitamos as conclusões finais, lançando possíveis futuras linhas de investigação.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO DA PROBLEMÁTICA

1.1 A evolução histórica da legislação e das políticas sociais de proteção à infância

As sociedades contemporâneas atravessaram, ao longo dos séculos, profundas mutações que originaram um novo olhar sobre os modelos de compreensão, participação e construção da realidade social (Leite, 2018).

Onde essas mudanças se fizeram sentir de uma forma visível e acentuada foi na concepção de infância e na sua aplicação legal, pois a criança começou a ser entendida como um Ser de direitos reconhecidos internacionalmente. Nas sociedades contemporâneas a criança passou a ser vista pela sociedade como um “adulto em ponto pequeno”, e era utilizada como mão-de-obra, obrigada a submeter-se ao poder das famílias e comparada a animais ou objetos (Leite, 2018).

Apesar da criança ser considerada como Ser de direito a partir do século XIX, o seu reconhecimento e dos seus direitos só se tornaram numa realidade a partir dos meados do século XX, após o reconhecimento por parte de instituições sociais e políticas do tema da promoção dos direitos da criança. No entanto, esta realidade só começou a ganhar maior ênfase através da iniciativa privada, por meio das Organizações não-governamentais (ONGs), de agências internacionais, como por exemplo, a United Nations Children’s Fund (UNICEF) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) de forma a eliminar o trabalho infantil.

É neste período que começam a surgir em várias revistas científicas, através de médicos, casos de maus-tratos, abusos sexuais e negligência nas crianças.

É nesta sequência que:

a criança, passa, então a ser considerada “vítima” do contexto em que vive, uma vez que a família pode estar na origem de situações de perigo, começando a manifestar-se a necessidade de uma intervenção por parte do Estado para que este tome medidas que possam alterar a situação desfavorável dos menores. (Tomás & Fonseca, 2004, p. 386).

A intervenção protetora do Estado e a organização de um sistema judicial de proteção às crianças tem início com a Lei de Proteção à Infância (LPI), a 27 de maio de 1911, que

distingue a criança do adulto, dando origem à primeira Tutoria de Infância, um tribunal que visa defender e proteger a criança em perigo ou delinquentes.

Após 1979, Ano Internacional da Criança, começaram a ser elaborados vários documentos de proteção aos direitos dos menores. O primeiro documento foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, e posteriormente um diploma, a Convenção das Nações Unidas de 1989 sobre os Direitos da Criança, assinada por 196 países (Gomes I. , 2010). Portugal ratificou esse diploma a 12 de setembro de 1990, estando em vigor desde 21 de outubro do mesmo ano até aos dias de hoje.

Através desta convenção, estamos perante um reconhecimento da criança como um sujeito de direitos, considerando a família um suporte de afeto, educação, socialização e defesa da criança, de modo a criar um desenvolvimento e satisfação das necessidades básicas da mesma (Gomes I. , 2010).

No século XX surgem em Portugal várias legislações sobre a criança, entre elas “ (...) a Lei Tutelar Educativa (Decreto-Lei 166/99 de 14 de setembro, reformulada através do Decreto-Lei 4/2015 de 15 de janeiro), Regime Jurídico do Processo de Adoção (Lei 143/2015 8 de Setembro, reformulação à Lei 131/95, de 6 de junho), Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil (Decreto-Lei 103/2009 de 11 de setembro) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº23/2017 de 23 de maio (Lei nº 147/99 de 1 de setembro)” (Leite, 2018, p. 6).

No ano de 1978, ocorreu em Portugal um marco importante na proteção de crianças, foram criadas as Comissões de Proteção de Menores (CPM), que 20 anos mais tarde passam a designar-se como Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que têm por base a Lei nº 147/99 de 1 de setembro, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), com entrada em vigor a 1 janeiro de 2001, revista em 2003 e 2015, pela Lei 142/2015 de 8 de Setembro e com a terceira revisão pela Lei 23/2017 de 23 de maio 2017.

A LPCJP tem como objetivo:

“salvaguardar os direitos das crianças e dos jovens, cujos pais ou responsáveis comprometam a sua saúde, o seu desenvolvimento educação, ou não são capazes de os proteger face aos perigos colocados por terceiros, ou pelas próprias crianças ou jovens, afastando esse mesmo perigo” (Gomes I. , 2010, p. 85).

Nesta lei são consideradas, crianças ou jovens:

“a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos e, ainda, a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” (Artigo 5.º, alínea a) da Lei 23/2017 de 23 de maio).

1.2 A criança em risco e/ou perigo

O conceito de criança em risco e/ou perigo abrange uma grande quantidade de situações que estão ligadas aos maus-tratos, sejam físicos e/ou psicológicos a crianças e jovens (Penha, 1996).

A construção dos conceitos de risco e perigo integram as dimensões: social, normativa e jurídica.

O conceito de risco está associado a necessidades físicas e psicológicas que “variam consoante a idade da criança, os estádios de desenvolvimento da mesma e dos vários contextos em que está inserida, como é o caso da família, escola e a comunidade para conseguirem satisfazer as suas necessidades.” (Leite, 2018, p. 9)

Segundo a Declaração de Salamanca de 1994, o conceito de risco está associado “a presença de características ou condições da própria criança ou do meio no qual cresce e se desenvolve, as quais implicam uma alta possibilidade de produzir efeitos negativos sobre o seu processo de crescimento e desenvolvimento, até ao ponto de determinar um atraso de maior ou menor amplitude”. (Penha, 1996, p. 11)

No entanto, nas últimas décadas em Portugal, na matéria de infância e juventude o conceito que obteve maior visibilidade foi o conceito de perigo. Assim o conceito de “crianças em risco”, difundido pela Organização Tutelar de Menores (1978), foi trocado pelo conceito de “crianças em perigo”. (Carvalho, 2013)

A diferença entre os dois conceitos prende-se com o facto de o risco implicar um eventual perigo para a realização dos direitos da criança, no entanto este risco não chega a atingir um elevado grau de probabilidade de acontecer que leve ao perigo iminente.

Segundo Carvalho, “nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do Estado e da sociedade na sua vida, na sua autonomia e na da sua família”

(Carvalho, 2013, p. 10). Conforme a LPCJP, cabe aos pais e família reduzir e eliminar os fatores potenciadores de risco (Bolieiro & Guerra, 2009).

Nos termos da legislação em vigor, nomeadamente a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Capítulo I, Artigo 3.º, nº 2, alíneas de a) a f) da Lei 147/99 de 1 de setembro), uma criança ou jovem encontra-se em situação de perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade ou situação pessoal; está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; e assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

1.3. Medidas de Promoção e Proteção

A família é a parte mais importante para o desenvolvimento pessoal, afetivo e social da criança, mas, por várias razões, a família pode deixar de corresponder ao que lhe é exigido (Batista, 2014)

A criança em certas situações torna-se “vítima” do contexto em que vive, já que a família pode estar na origem de situações de perigo, e surge a necessidade do Estado intervir, com medidas preventivas e protetoras, de modo a assegurar o bom desenvolvimento da criança (Tomás & Fonseca, 2004).

Segundo o artigo 38.º do capítulo III, secção I da Lei 147/99 de 1 de setembro, o Estado intervém em ocasiões que possam afetar a saúde, segurança, educação e o desenvolvimento da criança ou jovem, através da CPCJ e dos Tribunais, sendo que são estas duas instituições que aplicam as medidas de promoção e proteção das crianças em perigo.

Existem várias medidas de promoção e proteção, mas as privilegiadas pelas CPCJ, equipas responsáveis e Tribunais são as medidas em meio natural de vida, isto é, no meio em que a criança está inserida (Prata, 2013).

Segundo o Relatório CASA 2021, 3.955 crianças encontravam-se com medida em meio natural de vida antes de serem encaminhadas para o acolhimento.

As medidas de promoção e proteção têm uma durabilidade de seis meses e estão sujeitas a um acompanhamento da execução da medida, porém a revisão da medida pode ocorrer antes do prazo de término, caso seja verificada essa necessidade, e pode ser cessada ou alterada por uma medida mais adequada (Gomes I. , 2010).

Conforme as alíneas de a) a c) do artigo 34º do capítulo III, secção I da Lei 142/2015 de 8 de setembro, as medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo segue três objetivos: afastar o perigo em que estes se encontram; proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Estas medidas regem-se por vários princípios, como o superior interesse da criança, isto é, a intervenção deve respeitar, com total prioridade, os interesses e direitos das crianças; uma intervenção precoce, ou seja, deve ser realizada assim que a situação de perigo seja detetada; e a prevalência na família, seja biológica ou adotiva (CNPCJR, 2014).

Anteriormente foram apresentados os objetivos e princípios da LPCJP, porém estão previstas variadas medidas aplicadas no processo de promoção e proteção, executadas em meio natural de vida ou em regime de colocação. Segundo a LPCJP as medidas previstas de serem executadas em meio natural de vida correspondem ao apoio junto dos pais, oferecendo à criança ou jovem apoio psicopedagógico, social ou económico quando for necessário (Capítulo III, Secção II, Artigo 39.º da Lei 142/2015 de 8 de setembro); apoio junto de um familiar, que visa a colocação da criança sob a guarda de um familiar, obtendo os mesmos apoios (Capítulo III, Secção II, Artigo 40.º da Lei 142/2015 de 8 de setembro); confiança à pessoa idónea, isto é, a criança ou jovem são colocadas sob a guarda de uma pessoa que não pertence à família e com a qual exista uma relação de afetividade recíproca, existindo o apoio psicopedagógico, social e económico (Capítulo III, Secção II, Artigo 43.º, nº 1 e 2 da Lei 142/2015 de 8 de setembro).

Nas medidas em regime de colocação, existem três medidas possíveis: o acolhimento familiar, onde a criança é confiada a uma pessoa singular ou família (habilitadas para esse

efeito), com vista a uma integração familiar, com cuidados adequados às suas necessidades, bem-estar e educação que permitam um desenvolvimento da criança ou jovem (Capítulo III, Secção III, Subsecção I, Artigo 46.º, nº 1 da Lei 142/2015 de 8 de setembro); acolhimento residencial, no qual a criança ou jovem são colocados aos cuidados de uma entidade que dispõe de equipamentos, instalações e uma equipa técnica e educativa permanente para garantir todos os cuidados necessários (Capítulo III, Secção III, Subsecção II, Artigo 49.º, nº 1 e 2 da Lei 142/2015 de 8 de setembro); e confiança à pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com a vista a uma futura adoção.

Gomes (2010) salienta a importância de uma intervenção precoce, para que a criança não tenha de ser retirada do meio familiar, pois esta medida resultará como um fator de sofrimento para a mesma, pois não percebe os motivos do afastamento da sua família.

1.4 Acolhimento residencial

Nas últimas décadas em Portugal, tem-se dado, cada vez mais, importância à segurança e proteção da criança e jovem que se encontra em perigo, por este motivo o Estado interpreta o papel de “defensor da criança como cidadão a proteger quando os pais não são capazes de assegurar essa filosofia de cuidado e comportar-se de acordo com a norma” (Oliveira C. , 2016, p. 43).

A perspetiva do acolhimento residencial como uma institucionalização, vê as crianças e jovens como isolados da sociedade (Machado & Gonçalves, 2008), enfrentando a estigmatização e a exclusão social como se vivesse escondida (Oliveira, 2015).

Segundo o Relatório Casa 2020, em Portugal, encontravam-se em situação de acolhimento, nesse mesmo ano 6.706 crianças e jovens, porém apesar da mesma ser considerada uma medida desvantajosa pelo estigma associado, é também apontada como a melhor segurança para afastar a criança do perigo em que está inserida “e lhe proporcionar as condições necessárias ao equilíbrio” (Cunha, 2014, p. 18).

A 1 de novembro de 2021 estavam em acolhimento 6.369 crianças e jovens, em que 1.582 entraram nesse mesmo ano e 4.787 já estavam em situação de acolhimento anterior ao ano em análise. (Instituto da Segurança Social, I.P, 2022)

Na perspetiva de (Alves, 2007), o elevado número de crianças e jovens institucionalizados prende-se com as “falhas na intervenção preventiva no seio das famílias, tornando-se o acolhimento institucional a resposta imediata e exequível para sanar o perigo

em que se encontra a criança/jovem; o acompanhamento assegurado durante o mesmo com vista ao rápido regresso ao seu agregado familiar (ou a um outro, quando o de origem não volta a reunir condições para a receber), apresenta várias fragilidades”.

Segundo Gomes (2010), seria uma mais-valia priorizar a prevenção primária, através da capacitação de competências parentais e da criação de redes de apoio, que ajudem a cessar os perigos a que estão expostas as crianças.

O artigo 49.º do capítulo III, subsecção II, nº 1 da Lei 142/2015 de 8 de setembro reforça que o acolhimento residencial consiste “na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamentos de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”. A medida de acolhimento tem a duração estabelecida na decisão judicial (Artigo 60.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

Em Portugal, as instituições de acolhimento são regulamentadas pela LPCJP. Na referida lei, no Capítulo III, Secção III, Subsecção II, Artigo 50.º, nº 1 da alínea de a) a c) da Lei 142/2015 de 8 de setembro, “o acolhimento residencial tem lugar em casa de acolhimento e obedece a modelos de intervenção socioeducativos adequados às crianças e jovens nela acolhidos” e podem organizar-se por unidades especializadas, nomeadamente “a) casas de acolhimento para resposta em situações de emergência; b) casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens acolher; e c) apartamentos de autonomização para apoio e promoção de autonomia dos jovens”.

As casas de acolhimento residencial têm como objetivo favorecer as relações afetivas “do tipo familiar, uma vida diária personalizada a integração na comunidade” (Capítulo III, Secção IV, Subsecção II, Artigo 53.º, nº 1 da Lei 142/2015 de 8 de setembro) e privilegiam o contato das crianças e jovens acolhidos com os pais ou quem tenha a guarda da mesma através de visitas “de acordo com os horários e as regras de funcionamento da casa, salvo decisão judicial em contrário” (Capítulo III, Secção IV, Subsecção II, Artigo 53.º, nº 3 da Lei 142/2015 de 8 de setembro).

O acolhimento tem sido alvo de várias alterações ao longo dos anos. O seu objetivo primário estava centrado no suprimento das necessidades básicas das crianças, bem como a formação escolar, mas nunca uma garantia de intervenção junto da família biológica (Pereira, 2013). Por este motivo as crianças e jovens permaneciam institucionalizados

durante vários anos, como um colégio interno, onde crianças de famílias numerosas e sem condições financeiras ou oriundos de abandono ou órfãos eram colocadas para receberem educação. Estes casos duraram até ao final dos anos 80, as casas de acolhimento acolhiam um grande número de crianças, poucos técnicos especializados e funcionavam em regime fechado. Só no ano de 1986 foi reconhecido que estas casas deveriam ter condições semelhantes a um ambiente familiar, porém apenas em 1999, com a promulgação da LPCJP, essas regras foram formalizadas e implementadas em todas as casas de acolhimento (Martins, 2004).

Com as reformulações impostas pela LPCJP, a criança passou a ser vista com a sua individualidade e as suas especificidades, proporcionando o bom desenvolvimento da mesma com vista a defender o superior interesse da criança, pois as suas capacidades e necessidades devem ser trabalhadas individualmente, bem como as estratégias de intervenção. (Gomes, 2010).

O objetivo é que as casas de acolhimento se tornem de pequenas dimensões, com poucas crianças e jovens, entre 8 e 12, e realizem um trabalho em rede com a comunidade, como serviços médicos, formação profissional, escolas e desporto e também que os profissionais qualificados trabalhem com base numa intervenção terapêutica e profissional, sempre com o objetivo do desenvolvimento biopsicossocial das crianças e jovens.

Atualmente, na área de Lisboa, está a ser desenvolvido, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), o programa CARE- Capacitar (*os técnicos*), Autonomizar (*os jovens*), Reconfigurar (*as casas*) e Especializar. Segundo Godinho (2017) numa entrevista que deu, “o CARE pretende mudar dinâmicas e dotar as casas de um modelo terapêutico e efetivamente protetor das crianças em perigo”.

Na perspetiva de Guerra (2015), a nova perspetiva do acolhimento, passa por equipas especializadas pois as equipas técnica e educativa são as figuras de referência para estas crianças e jovens acolhidos. Gomes (2010) confirma ainda que seria de extrema importância que todos os equipamentos obtivessem uma especialização em diferentes problemáticas, a fim de melhorar a resposta a nível terapêutico, reparador e potenciador no desenvolvimento da criança. A mesma autora propõe uma melhoria nos padrões de qualidade dos serviços prestados, através da criação de novas respostas, de uma rede de apoio sólida e um investimento nas crianças e jovens, para que no futuro as mesmas se tornem adultos com valores, facilitando a sua integração na sociedade (Gomes, 2010).

Abordar o tema de acolhimento residencial é entrar num mundo de relações, de crianças e jovens, das suas famílias, mas também dos profissionais que têm como objetivo assegurar o bem-estar e felicidade daqueles com quem trabalham (Cunha, 2014). As casas de acolhimento estão organizadas em equipas articuladas entre si, designadamente a equipa técnica “constituída de modo pluridisciplinar, integra obrigatoriamente colaboradores com formação mínima correspondente a licenciatura nas áreas da Psicologia e do Serviço Social, sendo designado o diretor técnico de entre esses” (Capítulo III, Secção IV, Subsecção II, Artigo 54.º, nº 1, alínea a) da Lei 142/2015 de 8 de setembro), exercendo funções como a definição e execução do projeto de promoção e proteção da criança ou jovem, de acordo com a decisão do tribunal ou da deliberação da comissão. A equipa educativa que “integra preferencialmente colaboradores com formação específica para as funções de acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens acolhidos e inerentes à profissão de auxiliar de ação educativa e de cuidados de crianças” (Capítulo III, Secção IV, Subsecção II, Artigo 54.º, nº 1, alínea b) da Lei 142/2015 de 8 de setembro).

A equipa educativa tem como principais funções o acompanhamento diário, de 24 horas por dia, das crianças e jovens e em todos os aspetos da sua vida, a nível educativo, alimentar, de saúde, higiene e limpeza (Pinheiro, 2012).

A atividade do educador desenvolve-se em interdisciplinaridade com a equipa técnica da casa de acolhimento. Por este motivo, podemos afirmar que os recursos humanos destas instituições, representam um pilar fundamental no processo de desenvolvimento de cada criança e jovem e em todo o processo educativo subjacente.

A formação específica nesta problemática é de bastante importância, porém o mais essencial, tanto na equipa técnica como educativa é que devem ser formadas por pessoas com algumas qualidades relacionais, pois acarretam, normalmente o papel de figura de referência para as crianças e jovens acolhidos (Gomes I. , 2010).

Para António Santinho in (Oliveira H. , 2015, pp. 7-8), afirma que “as características das pessoas que trabalham nestes centros de acolhimento são bem mais importantes que a sua formação académica, na medida em que por exemplo, a empatia não se ensina”.

O trabalho no acolhimento residencial é realizado em equipa e em rede, através de equipas multidisciplinares, com base na partilha de saberes, informações, dúvidas, responsabilidades e prevenção do stress, ou seja, todas as equipas são importantes e nenhuma funciona sem a outra. (Pinheiro, 2012). A coesão, estabilidade e funcionamento da equipa

representa um fator importante, visto que estes influenciam diretamente o quotidiano das crianças e jovens de forma positiva ou negativa (Gomes I. , 2010).

“As equipas necessitam de ter a capacidade de intervenção na crise e de, em conjunto, colaborarem na definição do projeto de vida e conseqüentemente na definição e execução dos planos de intervenção de cada criança ou jovem.” (Leite, 2018, p. 24)

As equipas que trabalham nas casas de acolhimento residencial são “os adultos de estimação dos miúdos” (Oliveira, 2015, p. 7).

1.5 Adoção

A família é a base da sociedade, sendo considerada o primeiro agente de socialização de cada indivíduo. Independentemente da sua estrutura, ou seja, quer seja constituída por um casal heterossexual, homossexual, com filhos biológicos ou adotivos, a família é o lugar para o desenvolvimento e proteção dos filhos. Assim sendo, é fundamental “encontrar” uma família destinada a dar afeto, amor, conforto e capacitada para responder às necessidades da criança.

Na ausência de um suporte familiar e garantia de cuidados necessários, que são consideradas essenciais para o bom desenvolvimento da criança, o seu projeto de vida poderá passar pelo encaminhamento com vista a futura adoção.

A adoção constitui uma resposta social dirigida a crianças desprovidas de cuidados familiares adequados, que tem como principal objetivo “realizar o superior interesse da criança” (Lei nº 31/2003, p. 5313).

Segundo Almeida (2017, p. 9), a adoção “pode ser perspetivada como um processo de uma díade complementar: as crianças que desejam ser filhos de (bons) pais, e os adultos que desejam vestir o seu papel parental e que para tal precisam de filhos”.

Existem dois tipos de adoção, a plena e a restrita. Na adoção plena, as relações familiares do adotado com a família são eliminadas, perde os apelidos de origem, tornando-se filho do(s) adotante(s), integrando a sua família e adquire os apelidos da família adotiva. Em algumas situações específicas, o adotante pode solicitar ao tribunal a alteração do nome próprio da criança ou jovem (Instituto da Segurança Social, 2019). Na adoção restrita, não existe o carácter definitivo da adoção plena, sendo preservados os direitos e deveres relativos à família biológica. Por solicitação do adotante, a criança ou jovem pode adquirir os apelidos da família adotiva, sendo estes adicionados ao(s) apelido(s) da família biológica. A adoção

restrita por solicitação dos adotantes, e cumpridos os critérios legalmente estipulados, pode a qualquer momento ser convertida, por decisão judicial, numa adoção plena (Instituto da Segurança Social, 2019).

O tribunal pode confiar a criança com vista a futura adoção com a verificação dos seguintes requisitos: “a) Se a criança for filha de pais incógnitos ou falecidos; (...), c) Se os pais tiverem abandonado a criança; d) Se os pais, por ação ou omissão, mesmo que por manifesta incapacidade devida a razões de doença mental, puserem em perigo grave a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento da criança; e) Se os pais da criança acolhida por um particular, por uma instituição ou por família de acolhimento tiverem revelado manifesto desinteresse pelo filho, em termos de comprometer seriamente a qualidade e a continuidade daqueles vínculos, durante, pelo menos, os três meses que precederam o pedido de confiança.” (Artigo 1978.º, nº1, da Lei 143/2015 de 8 de setembro).

Em Portugal, podem adotar duas pessoas, casadas ou em união de facto há mais de quatro anos e não separadas judicialmente, se ambas tiverem mais de 25 anos. Pode ainda adotar uma única pessoa, se tiver mais de 30 anos ou, mais de 25 anos se o menor for filho do conjugue do adotante. Apenas podem adotar pessoas com menos de 60 anos à data que o menor lhe tenha sido confiado, exceto se for filho do conjugue. O último requisito é que a partir dos 50 anos, a diferença de idades entre adotante e adotado não pode ser superior a 50 anos, exceto se o menor a adotar for filho do conjugue do adotante ou em situações em que as suas especificidades mereçam ser acauteladas. (Artigo 1979.º, nº1, 2, 3 e 4, da Lei 143/2015 de 8 de setembro).

As crianças que podem ser adotadas são as “a) Que tenham sido confiadas ao adotante mediante confiança administrativa ou medida de promoção e proteção de confiança com vista a futura adoção; b) Filhas do cônjuge do adotante.”; o adotante deve ter menos de 15 anos, porém pode ser adotado quem “tenha menos de 18 anos e não se encontre emancipado quando, desde idade não superior a 15 anos, tenha sido confiado aos adotantes ou a um deles ou quando for filho do cônjuge do adotante.” (Artigo 1980.º, nº1, 2 e 3, da Lei 143/2015 de 8 de setembro).

O Regime Jurídico do Processo de Adoção (RJPA) regula os processos de adoção, bem como a intervenção, nesses mesmos projetos, das entidades competentes em matéria de adoção, no caso, os organismos de segurança social, a Autoridade Central para a Adoção Internacional, o Ministério Público e os Tribunais. Podem também intervir, as instituições

particulares de solidariedade social e equiparadas, sem carácter lucrativo e autorizadas pelo RJPA. (Capítulo I, Artigo 1.º, nº 1, 2 e 3 da Lei 143/2015 de 8 de setembro).

Alguns princípios orientadores da intervenção em matéria de adoção são o interesse superior da criança; a obrigatoriedade de informação, a criança e os candidatos devem ser informados sobre os seus direitos e os objetivos da intervenção; audição obrigatória, a criança, considerando a sua idade, maturidade e capacidade de compreensão, deve ser ouvida no processo de adoção; participação, a criança e os candidatos têm o direito de participar na decisões do projeto adotivo; cooperação, todos os intervenientes (candidatos e entidades competentes) têm o dever de colaborar no processo; primado da continuidade das relações psicológicas profundas, a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas de grande significado e de referência (Capítulo I, Artigo 3.º, da alínea a) a f), da Lei 143/2015 de 8 de setembro).

1.6 Processo de adoção em Portugal

O processo de adoção em Portugal inicia-se no momento em que os candidatos, motivados para adotar, se deslocam ao serviço competente para o efeito da sua inscrição. No território português considera-se serviço competente pela adoção o Centro Distrital de Segurança Social correspondente à área de residência do candidato, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (caso resida em Lisboa), o Instituto da Segurança Social dos Açores e o Instituto da Segurança Social na Madeira (Instituto da Segurança Social, 2019).

Para o RJPA considera-se o processo de adoção como um:

conjunto de procedimentos de natureza administrativa e judicial, integrando designadamente atos de preparação e atos avaliativos, tendo em vista a prolação da decisão judicial constitutiva do vínculo da adoção, a qual ocorre na sequência de uma decisão de adotabilidade ou de avaliação favorável da pretensão de adoção de filho do cônjuge. (Capítulo I, Artigo 2.º, alínea h) da Lei 143/2015 de 8 de setembro)

Após a sentença judicial que resulta na medida de adoção, a família biológica passa a estar proibida de visitar ou ter contacto com a criança e este corte com a família de ser alvo de uma observação cuidada e atenta. Em simultâneo inicia-se o processo individual da criança que será entregue à Equipa de Adoção que pertença ao distrito da instituição em que a mesma está a habitar. Neste processo são incluídos documentos de identificação, relatório

social, informações relevante acerca do seu desenvolvimento e hábitos, informações escolares, relatórios clínicos, relatório de observação psicologia, entre outros. O objetivo destas informações é obter informações e expectativas da criança relativamente à sua nova família e para que, desta forma, a Equipa de Adoções possa procurar os candidatos mais apropriados. (Lopes, 2017)

Para validar a candidatura dos adotantes é necessária a entrega de alguns documentos, entre eles, os formulários fornecidos na primeira sessão de formação para a adoção, certidão de nascimento, fotocópia do C.C, certidão de casamento ou atestado como vive em união de fato, registo criminal, atestado de residência, atestado médico, último recibo de vencimento, fotografia e caso existam, certidão de nascimento dos filhos dos candidatos.

Segundo o Capítulo II, Secção II, Subsecção I, Artigo 44.º da Lei 143/2015, de 8 de setembro, o processo de adoção em Portugal é composto por três fases distintas e complementares: preparação, avaliação e seleção.

A fase de preparação consiste na participação dos candidatos no Plano de Formação para a Adoção (PFA), “que tem como objetivo primordial a construção de projetos de adoção realistas e capazes de dar resposta às necessidades das crianças em situação de adotabilidade.” (Subsecção I, Artigo 3.º, do Regulamento do Processo de Adoção). O Plano de Formação para a Adoção é composto por três fases que incluem a informação apresentada no Artigo 43.º, n.º3, alíneas a) e b), sessões formativas referidas no Artigo 44.º, n.º2 e a preparação complementar descrita no Artigo 47.º do RJPA.

A fase A do PFA é composta pela entrega dos documentos pedidos no artigo 43.º, numa sessão de grupo e tem com objetivos: apresentar o conceito e os objetivos da adoção; conhecer percursos de vida e necessidades das crianças; clarificar as capacidades necessárias para os adultos responderem adequadamente às necessidades das crianças; conhecer os trâmites legais dos processos de adoção nacional e internacional; conhecer as fases do processo de adoção e esclarecer dúvidas existentes. Ainda nesta fase é obrigatório a entrega ao requerente de um certificado de assiduidade, indispensável para a formalização da candidatura. (CNA, 2016)

A fase B do PFA tem a duração de 6 meses destinados à análise da candidatura e tem como objetivos a definição do projeto de adoção; reflexão sobre as motivações e crenças da adoção; conhecer histórias de vida e necessidades da criança; reflexão sobre o impacto que a história da criança tem no adulto; conhecimento das capacidades dos adultos para

responder às necessidades da criança; e lembrar a importância do trabalho em equipa no processo de adoção. (CNA, 2016)

A última fase do PFA, a fase C, é realizada após a seleção dos candidatos e tem como objetivos principais a comunicação sobre adoção; a vinculação afetiva; o saber lidar com comportamentos e situações de adoção e o acesso ao conhecimento das origens. Esta fase refere-se à preparação complementar a que se refere o artigo 47.º do RJPA. (CNA, 2016) Após a fase de preparação do processo de adoção, abordaremos as fases de avaliação e seleção.

A avaliação da candidatura é efetuada através da realização de um estudo psicossocial composto por: entrevistas que podem incluir outras pessoas que possam vir a ter um papel de referência para a criança; aplicação de instrumentos de avaliação social e psicológica; avaliação das capacidades identificadas nos candidatos na fase B do PFA; preenchimento da ficha relativa às características da criança pretendida; aprofundamento da avaliação psicossocial no domicílio dos candidatos; observação, revisão de antecedentes e documentos. A avaliação recai sobre os seguintes conteúdos: história e composição do agregado familiar; características do sistema familiar; capacidade parental; motivações e expectativas para a adoção; apoio, habitação e meio social. (CNA, 2016)

Na fase de seleção são cruciais certos critérios para a aceitação da candidatura dos adotantes, estando descritos no Artigo 11.º do Regulamento do Processo de Adoção.

- “a) História de vida com trajetórias pessoais estáveis ou com demonstração de capacidade de resolução de problemas, crises ou experiências de vida negativas;
- b) Saúde física e mental para responder às necessidades atuais e até à autonomia do adotado;
- c) Capacidade económica para responder às necessidades familiares atuais e depois da integração da criança adotada;
- d) Habitação confortável, limpa e segura onde os seus habitantes usufruam de espaços e tempos de privacidade, mas também de comunhão;
- e) Estilo de vida saudável, com tempo e disponibilidade para a família;
- f) Relacionamentos afetivos positivos com capacidade de investimento emocional e de expressão de afetos, capacidade de aceitação de perdas e de assumir compromissos e responsabilidades duradouras;
- g) Relação conjugal estável e harmoniosa com indicadores de relacionamento gratificante;

Ser família adotiva: o processo de adoção e adaptação das famílias na pré-adoção

- h) Relacionamentos sociais positivos e capacidade de mobilização de recursos pessoais, da comunidade, bem como de apoio técnico especializado;
- i) Projeto adotivo focado nas necessidades da criança;
- j) Motivação centrada fundamentalmente no projeto de parentalidade;
- k) Expectativas razoáveis e realistas quanto às características das crianças a adotar e quanto às suas próprias capacidades para enfrentar os desafios da parentalidade adotiva;
- l) Capacidades educativas relacionadas com a adoção:
 - i. Compreensão das necessidades da criança no geral bem como das que resultam da situação que levou à aplicação da medida de adotabilidade;
 - ii. Reconhecimento das necessidades relacionadas com a identidade adotiva e a necessidade de comunicação sobre a adoção e sobre a história pessoal do adotado;
 - iii. Capacidade de estabelecer regras e limites de forma adequada ao bem-estar da criança.”

De acordo com o Guia de procedimentos para a articulação técnica na preparação da criança para a adoção (2019), as fases do Programa de Preparação da Criança para a adoção identificam-se como as seguintes:

Programa de Preparação da Criança para a Adoção				
Focos de atuação	Etapas	Ideias gerais	Tempo previsto	Técnicos/as envolvidos/as
Conversar acerca das mudanças	1	<ul style="list-style-type: none">• Explorar as causas que conduzem ao acolhimento• Explorar diversos projetos de vida após o acolhimento	45m-1h	<ul style="list-style-type: none">• EMAT/GP• CPCJ/GP• EA

Programa de Preparação da Criança para a Adoção				
Focos de atuação	Etapas	Ideias gerais	Tempo previsto	Técnicos/as envolvidos/as
	2	<ul style="list-style-type: none"> Sessão logo após ser decretada a medida de adotabilidade e após trânsito em julgado Informar a notícia do percurso de vida decretado pelo tribunal: a adoção Apresentar o Caderno da Criança e a metáfora da viagem até à nova família 	1h-1h30	<ul style="list-style-type: none"> EA EAD EMAT/GP
	3	<ul style="list-style-type: none"> Abordar as emoções associadas à notícia da etapa anterior Explorar o conceito de família Clarificar o conceito de adoção 	1h-1h15	<ul style="list-style-type: none"> EA
	4	<ul style="list-style-type: none"> Explorar o modo como projeta a sua futura família e ajustar as expectativas à realidade Promover o envolvimento no seu projeto de vida 	1h-1h15	<ul style="list-style-type: none"> EA EAD
Ajudar a compreender a sua história	5	<ul style="list-style-type: none"> (Re)Significar e integrar toda a história de vida Elaborar o livro de vida 	1h-1h15	<ul style="list-style-type: none"> EA
Ajudar a lidar com as perdas	6	<ul style="list-style-type: none"> Introduzir a temática do luto Favorecer a expressão emocional em relação ao luto da família biológica Elaborar sobre a “despedida” das pessoas significativas da família biológica 	1h15-1h45	<ul style="list-style-type: none"> EA

Programa de Preparação da Criança para a Adoção				
Focos de atuação	Etapas	Ideias gerais	Tempo previsto	Técnicos/as envolvidos/as
Promover a vinculação na família	7	<ul style="list-style-type: none"> • Informar que foi encontrada uma família para a criança • Preparar para o encontro com a família adotiva • Partilhar informação acerca da nova família 	45m-1h	<ul style="list-style-type: none"> • EA • EAD
	8	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar uma proposta do plano de encontros / plano de aproximação e integração • Dar suporte durante a transição 	5 a 15 dias úteis	<ul style="list-style-type: none"> • EA
	9	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a comunicação aberta sobre o passado da criança junto da família - Reunião com os candidatos/as após cada encontro • Promover a despedida das pessoas significativas da casa/família de acolhimento, entre outras • Apoiar no fecho de um ciclo de vida 		<ul style="list-style-type: none"> • EAD
	10	<ul style="list-style-type: none"> • Encorajar a família adotiva a levar a criança a visitar a casa/família de acolhimento 		<ul style="list-style-type: none"> • EA

Tabela 1- Programa de Preparação da Criança para a Adoção – Retirado de Guia de procedimentos para a articulação técnica na preparação da criança para a adoção (2019) Legenda: EMAT-Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunais/ GP-Gestor de processo/ EA-Equipa Técnica do Acolhimento/ EAD-Equipa de Adoção

Após o término do período de transição, ou seja, no fim da etapa 10 descrita na tabela anterior, “considerando-se não existir qualquer facto que obste à continuidade do processo,

inicia-se o período de pré-adoção.” (Capítulo II, Secção II, Subsecção II, Artigo 49.º, nº5 da Lei 143/2015)

1.7 Período de pré-adoção

O período de pré-adoção é considerado quando a criança é confiada aos candidatos por um período máximo de seis meses. Nesta fase, cabe à equipa de adoção acompanhar e avaliar, preferencialmente através de observação direta, a integração da criança na família (Instituto da Segurança Social, 2019). Para esta avaliação, a equipa de profissionais rege-se através de alguns indicadores, relativamente às crianças o “surgimento de comportamentos de vinculação; reações de afeto e reveladoras de construção de uma relação de segurança; progressão do desenvolvimento global; adaptação às novas regras e hábitos, apropriação do espaço físico da casa”, e relativamente aos pais o “modo como é encarada a adoção; tarefas de rotina familiar para dar resposta às necessidades da criança no domínio da saúde, educação e da socialização; (re)adaptação das rotinas familiares, profissionais, sociais; confronto entre as expectativas prévias e a realidade experienciada; dificuldades e estratégias de resolução; aceitação das características da criança e do seu passado” (Direção Geral da Segurança Social, 2004) in (Almeida, 2017). Este acompanhamento é diferenciado conforme cada equipa de adoção. Ainda nesta fase, os adotantes podem ter de participar em sessões de formação (Instituto da Segurança Social, 2019).

CAPÍTULO II- METODOLOGIA

2.1. Problemática e Questão de Investigação

Foi definido o tema pertinente para a investigação tendo como princípio, o interesse pela área do acolhimento residencial e a adoção. Neste sentido, foi necessário perceber as problemáticas que poderiam ser abordadas e ter em conta também os estudos já existentes. Decidiu-se então que a questão de partida seria sobre este tema, tentar perceber como decorre o processo de adoção em Portugal.

Compreendidas as motivações para o estudo e os principais fundamentos da problemática, iremos apresentar de seguida e de forma objetiva o problema identificado e a questão de investigação que norteia o desenvolvimento do presente trabalho.

Questão de Investigação:

A presente investigação centra-se no processo de adoção e visa compreender:

Como percecionam os técnicos, as famílias e as crianças adotadas o processo de adoção em Portugal?

2.2 Objetivos do estudo

Para darmos seguimento à nossa questão de investigação, definem-se como objetivos:

Objetivos gerais

- Compreender o decorrer do Processo de Adoção em Portugal;
- Conhecer e caracterizar o acompanhamento realizado pelas equipas de adoção;
- Caracterizar os desafios e conquistas das famílias nos 6 meses após a adoção.

Objetivos específicos

- Entender as fases do processo de adoção em Portugal
- Perceber o tempo de duração do processo
- Perceber que trabalho é realizado com as famílias adotivas durante todo o processo de adoção;

- Identificar o acompanhamento realizado na pré-adoção
- Compreender como decorreu a adaptação criança-família.

2.3. Tipo de Estudo

O presente estudo caracteriza-se por adotar uma metodologia qualitativa, através de um estudo de caso descritivo. Entende-se como estudo de caso “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real” (Yin, 2005, p. 32). Neste sentido, vamos centrar a nossa investigação na equipa de acompanhamento dos processos de adoção da SCML.

2.4. Amostra

Tratando-se de um estudo de caso descritivo que visa compreender o processo de adoção através da visão dos seus principais intervenientes, a amostra para o desenvolvimento do estudo, será uma amostragem não probabilística de conveniência, que se caracteriza, por se basear em “critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos, buscando-se não a uniformidade, mas as variações máximas (Bravo, 1998, p. 254, citado por Coutinho & Chaves, 2002, p. 228).

Face ao exposto, determina-se como amostra do nosso estudo técnicos das equipas de adoção Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, bem como, as famílias adotivas (pais e filhos). Como número de participantes do estudo, seria desejável a inclusão de todos os técnicos da Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, bem como de até 10 famílias disponíveis para participar no estudo.

2.5. Instrumentos de recolha de dados

O processo de recolha de dados realiza-se através da aplicação de entrevistas semiestruturadas a Técnicos, Famílias e Criança. O guião das entrevistas encontra-se disponível em apêndice (A, B e C), bem como os respetivos consentimentos informados, livres e esclarecidos por tipologia de participante no estudo (apêndice D, E, F).

A Entrevista Semiestruturada irá conter um conjunto de perguntas abertas e vai permitir obter informação sobre os temas em estudo. Será aplicada aos técnicos das equipas de adoção, para perceber o seu papel no processo de adoção e a sua opinião sobre o mesmo; e às famílias adotivas para compreender o processo de adoção em Portugal, o

acompanhamento que tiveram na pré-adoção, bem como, as suas dificuldades e conquistas durante todo o procedimento.

As entrevistas para os adultos foram realizadas com base na EPA- Entrevista sobre o Processo de Adoção de Barbosa-Ducharne, M., Moreira, A., Silva, A. F., Monteiro, J. e Soares, J. (2013), adaptação portuguesa de Entrevista sobre el Proceso de Adopción de Palacios, J., Sanchez-Sandoval, Y. e Sanchez-Espinoza, E (1995).

A entrevista para as crianças e jovens foi baseada na ECAA- Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre Adoção, um instrumento da autoria de M. Barbosa-Ducharne, M.; Soares, J.; Ferreira, J. e Monteiro, J. (2010).

2.6. Procedimentos

A presente investigação iniciou com um processo de pedido de autorização à Santa Casa da Misericórdia (Apêndice N), no qual foram apresentados os objetivos do estudo e quais os âmbitos de participação para o desenvolvimento da investigação para a seleção e contato com as famílias adotivas, que queiram participar no estudo, bem como o contato com os técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. O estudo foi aprovado pela SCML em julho de 2022. Após confirmarem a sua disponibilidade para serem entrevistados, foi enviado um documento de Consentimento Livre, Informado e Esclarecido, onde se explicitam os objetivos da investigação bem como se asseguram a confidencialidade dos dados pessoais e anonimato (Apêndice D, E, F). De seguida, passámos ao agendamento das entrevistas, dependendo da disponibilidade de cada participante. As entrevistas foram realizadas através de uma plataforma de videoconferência (zoom). A aplicação de cada entrevista ocupará cerca de 30 minutos. A cada participante foi solicitada a devida autorização para gravação áudio. As entrevistas com os técnicos só foram possíveis realizar em novembro de 2022. O contacto com as famílias foi uma das dificuldades deste estudo, sendo apenas possível realizar as entrevistas em dezembro de 2022. Apesar das entrevistas aos pais adotivos terem sido realizadas, não nos foi possível entrevistar as crianças, por se tratar de processos sensíveis e muitos deles bastante recentes.

O tratamento dos dados emerge a partir da transcrição das entrevistas e respetiva análise de conteúdo para posterior descrição, interpretação e discussão dos resultados

Ser família adotiva: o processo de adoção e adaptação das famílias na pré-adoção

obtidos. A análise das entrevistas foi realizada através de tabelas para que fosse de melhor compressão.

Foi realizado um cronograma de investigação, que irá ser apresentado de seguida.

	2022										2023	
	Mar.	Abril	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.
Contacto com a entidade			✘	✘	✘							
Elaboração de instrumentos de investigação	✘	✘										
Aplicação de entrevista aos técnicos de adoção									✘			
Aplicação de entrevista às famílias										✘		
Análise dos dados obtidos											✘	
Cruzamento dos resultados com a bibliografia estudada											✘	✘

Tabela 2- Cronograma

CAPÍTULO III- RESULTADOS

Neste capítulo vão ser apresentados os resultados obtidos através da análise dos instrumentos de investigação aplicados, as entrevistas. O objetivo é que haja uma complementaridade e uma ligação entre a teoria abordada e a prática, então serão apresentados os resultados obtidos e depois uma discussão, interpretação e comparação dos mesmos com as abordagens teóricas, de maneira a podermos ir ao encontro dos objetivos do estudo, bem como responder à questão de investigação: Como percecionam os técnicos, as famílias e as crianças adotadas o processo de adoção?

As entrevistas foram respondidas por duas técnicas de adoção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e por seis famílias, por se tratar de entrevistas diferentes a análise irá dividir-se em Variáveis das famílias e Variáveis dos técnicos.

A análise de conteúdo foi realizada com auxílio de tabelas compostas por categorias e subcategorias.

3.1. Análise dos resultados

3.1.1 Variáveis das famílias

A idade dos participantes varia entre os 36 e os 53 anos. Das seis famílias que participaram cinco residem Lisboa e uma reside no Algarve.

Se formos considerar os tipos de família, três são família matrimonial, ou seja, unida pelo matrimónio, duas são família homoparental, família constituída por um casal do mesmo sexo e uma é família monoparental, qualquer um dos pais com o seu filho.

Quanto ao agregado familiar podemos considerar, uma família em que o agregado familiar é composto por apenas duas pessoas, duas famílias compostas por três pessoas no agregado familiar e por fim três famílias são compostas por quatro pessoas.

1. De maneira a respondermos ao objetivo “Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal” definiram-se 4 categorias, As motivações para adotar, Desenrolar do processo, Caracterização do processo e Duração do processo.

Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
As motivações para adotar
“Eu sempre quis adotar.” “Sempre pensámos ter filhos biológicos e filhos adotivos. ” “...foi constituir uma família , no nosso caso faltava uma parte.” “Fazemos o luto das tentativas de gravidez por fertilização <i>in vitro</i> , que não foram bem-sucedidas.” “ Desde criança que eu gostava de adotar.” “...ajudar alguém que precisa de uma família e dar amor a quem precisa. ” “... constituir uma família. ” “ Eu tinha perdido uma bebé , não há muito tempo, e estava ainda frágil.”

Tabela 3- Motivações para adotar

Nas questões relativas às motivações para adotar podemos constatar que maior parte das famílias sempre tiveram o desejo de adotar uma criança, desde muito novos. Podemos também observar, através da tabela 1, que a adoção, por vezes, é proporcionada pela impossibilidade de gerar filhos biológicos e com o desejo de constituir uma família.

Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
Desenrolar do processo
“Deram-me os documentos para preencher e disseram para pensar bem, preencher os documentos e voltar depois lá com o meu companheiro.” “...tive uma reunião com um grupo de pessoas que tratavam dessa situação, da parte da adoção. ” “...fui buscar a papelada que era necessário preencher, tratar da documentação necessária , entreguei a documentação.” “Fui sujeito a uma entrevista de triagem... ”

“... a **primeira sessão de esclarecimentos** é falar sobre isso, sobre o **tempo de espera, sobre a mochila** que pode vir, é tirar a parte romântica, começando os futuros pais pisar terra, **é como começar a sentir contrações.**”

“Depois tivemos **a formação B** com outros casais e aí era só um dia.”

“...nós fomos **visitados em casa** para ver se tínhamos condições...”

“... é que vamos a **uma sessão C**, não podem dizer, mas temos todos a perceção, que à partida, **já não falta muito.**”

“...**fomos contactadas** pela Santa Casa da Misericórdia, em que teriam **encontrado um match** de acordo com o perfil...”

“Nós **tomamos a decisão** perante uma ficha, um caso.”

“Depois dita a **decisão que sim**, mostram-nos **as fotos** dela e dizem-nos **o nome**, e tudo mais.”

“Nós fizemos um **álbum de apresentação** com fotografias nossas, os nossos nome e onde vivíamos.”

“O processo de **integração** foi muito fácil.”

“...foram **três semanas de aproximação.**”

“Depois ele foi lá **para casa**, para o quarto dele...”

“...passado algum tempo enviámos o **requerimento para a adoção para tribunal**, ... recebemos a resposta que iríamos ter a **audiência com testemunhas...**”

Tabela 4- Desenrolar do processo

Para compreender o processo de adoção em Portugal foram retiradas algumas frases das entrevistas com as famílias e concluímos que o processo inicia com o preenchimento da documentação e uma reunião com a Equipa de adoções. A Equipa visita a habitação dos candidatos. Existem 3 formações, a Sessão A, Sessão B e Sessão C. A primeira é para abordar as leis, números e tempo de espera da adoção; a segunda que é composta por outros casais, e a terceira que é a mais próxima da adoção. Quando a Santa Casa encontra o “match” entra em contacto com a família e depois a mesma toma a decisão através do caso, da ficha e só após a decisão positiva é que sabem o nome e vêem fotos da criança. De seguida os pais fazem o álbum com as suas fotos, nome e apresentação da casa. Depois, quando a criança sabe que tem uma família adotiva, dá-se o período de integração que não tem uma duração

fixa. No fim deste período, a criança vai para a sua casa. Após os seis meses da fase de pré-adoção, é enviado um requerimento para a adoção para tribunal e depois seguem para uma audiência com testemunhas e é decretada a adoção.

Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
Caracterização do processo
“É longo e bastante desgastante ” “A espera é bastante longa, ...” “Foi longo , ...” “Querer, sonhar (com a situação), realizar e agradecer.” “Foi exaustivo , necessário , cansativo.” “O processo foi muito rápido porque não pusemos muitos pré-requisitos...” “A espera, mas não é a espera, é o vazio .” “Alguns testes são um bocado repetitivos .” “... muita coisa técnica e menos visita, menos contato direto .” “Tem uma parte intensa , um bocadinho vazia no meio e incompleta no início .” “...as pessoas sentem-se perdidas .”

Tabela 5- Caracterização do processo

Na caracterização do processo de adoção, a maioria respondeu que era longo, exaustivo e cansativo. Foi possível, também, perceber a opinião de algumas pessoas em que os testes iniciais eram bastante repetitivos e que havia muito a parte técnica e pouco contato direto.

Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
Duração do processo
<p>“Se contar com o tribunal e o cartão de cidadão é seis anos.”</p> <p>“Cerca de dois anos”</p> <p>“Nós apresentámos a candidatura em julho de 2019, ..., em agosto de 2021 fomos contactadas...”</p> <p>“Foi um ano praticamente.”</p> <p>“Cerca de cinco anos, penso que um bocadinho mais.”</p> <p>“...no total foram cinco anos.”</p>

Tabela 6- Duração do processo

Quanto à duração processo a resposta mais comum é de cinco anos. É possível ainda comprovar que em alguns casos o processo foi bastante rápido, entre um e dois anos.

- De maneira a respondermos ao objetivo “Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção” definiram-se 2 categorias, As principais dificuldades na pré-adoção e As principais conquistas na pré-adoção.

Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção
As principais dificuldades na pré-adoção
<p>“As dificuldades associadas a uma criança, ela tinha dois anos, com essa idade, os bebés não sabem bem o que está a acontecer...”</p> <p>“As principais dificuldades foram todas.”</p> <p>“Outro desafio é que, como é um processo individual, eu passo 24h por dia, 7 dias por semana sem intervalos.”</p> <p>“É processo de sensibilidade.”</p> <p>“É tudo difícil. Não há nada que seja fácil.”</p> <p>“...nós adultos fazemos cerimónias e temos o cuidado de proteger o espaço do outro quando conhecemos as pessoas, isso não acontece nas crianças.”</p> <p>“Emocionalmente é difícil...”</p> <p>“Para mim a maior dificuldade foi impor regras, os limites têm de existir.”</p>

Tabela 7- As principais dificuldades na pré-adoção

Ser família adotiva: o processo de adoção e adaptação das famílias na pré-adoção

Nas principais dificuldades na pré-adoção é de destacar que a maioria das famílias acha tudo difícil, o impor regras e limites é difícil, emocionalmente é difícil. Para a família monoparental acresce a dificuldade por ser um processo individual durante 24 horas por dia.

Identificar as principais dificuldade e principais conquistas na fase de pré-adoção
As principais conquistas na pré-adoção
<p>“Para mim todos os dias são uma conquista.”</p> <p>“Há situações que são recompensadoras, mas que só agora a esta distância, que já com um ano e pouco de vivência com eles é que os conseguimos conhecer, porque na altura até nos passa despercebido.”</p> <p>“Acho que desde o primeiro dia que ela nos viu, foi tudo mais fácil do que eu imaginava.”</p> <p>“A maior conquista foi conseguirmos sobreviver a esse período.”</p> <p>“A principal conquista é que ela era uma criança um bocado amarga e ficou uma criança bastante dócil passado seis meses.”</p> <p>“As conquistas, como ela tem esta questão (questão genética), por um lado é mais desafiante, mas por outro lado mais facilmente vemos pequenas evoluções.”</p>

Tabela 8- As principais conquistas na pré-adoção

Nas principais conquistas as respostas são variadas, desde pequenas evoluções, crianças que eram amargas e ficaram dóceis, todos os dias são uma conquista. Neste ponto depende bastante da idade da criança e da sua história de vida.

3. Para respondermos ao objetivo “Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção” definiu-se apenas uma categoria, Caracterização do apoio da Equipa de adoção.

Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção
Caracterização do apoio da Equipa de adoção
“Souberam dar o espaço, mas estavam sempre disponíveis quando era preciso.” “Depois fomos sempre muito bem acompanhados pelas técnicas, estavam sempre disponíveis e correu bem.” “Foi ótimo . Estiveram sempre presentes e disponíveis . Sabiam sempre o que dizer, sabiam ajudar a tomar algumas decisões... ” “Facilmente contactavam connosco, vieram fazer visitas a casa , ver se ela estava bem, davam-nos conselhos de como educá-la.” “A verdade é que, não sei se por terem muita gente ou não, é que falhou um bocadinho em mostrar-nos que havia disponíveis ajudas , que viemos a saber mais tarde.” “As técnicas realizavam visitas. Foi um trabalho muito bem feito pela Santa Casa, as técnicas são espetaculares , fomos muito bem acompanhados.”

Tabela 9- Caracterização do apoio da Equipa de adoção

Nas questões relativas à caracterização do apoio da Equipa de adoção as respostas foram unânimes, a Equipa estava sempre disponível, deram conselhos, ajudaram a tomar decisões, ou seja, caracterizam como um trabalho muito bem feito.

Na opinião de uma família, a Equipa apenas falhou na comunicação relativa às ajudas disponíveis após a ida da criança para casa.

3.1.2 Variáveis dos técnicos das equipas de adoção

As entrevistas referentes aos técnicos apenas foram realizadas a duas pessoas, duas técnicas da Equipa de adoções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). A entrevista foi realizada em simultâneo.

Quanto às suas formações académicas e funções dentro da Equipa, uma técnica é psicóloga e a outra técnica é assistente social.

Relativamente à sua entrada na Equipa de adoções, uma técnica entrou em 2002, mas já trabalha na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1985, a segunda técnica está há 19 anos na Equipa, e já trabalha na SCML há 30 anos.

Foi possível apurar, através da entrevista que a Equipa de adoções tem juristas, assistentes sociais e psicólogos, mas que apesar das suas formações académicas, todos são considerados técnicos de adoção.

1. Para respondermos ao objetivo “Caracterizar o trabalho da Equipa de adoção” definiu-se apenas uma categoria, Funções de uma Equipa de adoção.

Caracterizar o trabalho da Equipa de adoção
Funções de uma Equipa de adoção
<p>“Neste momento somos seis equipas de estudos e cinco equipas de crianças.”</p> <p>“As equipas de estudos fazem os estudos das candidaturas, a avaliação desde a inscrição até à seleção, fazem entrevistas, aplicação de testes, formações no âmbito do estudo e elaboram os relatórios de estudo.”</p> <p>“As equipas das crianças, (...), temos toda a parte desde que a criança nos é sinalizada até ao encaminhamento da criança para a sua família adotiva e o acompanhamento da transição até ela ir para a família (...).”</p> <p>“Os processos das crianças rodam pelas cinco equipas, cada equipa é gestora, alternadamente, de um processo.”</p> <p>“Depois reunimos com a Casa de Acolhimento, sempre que possível conhecemos a criança e preparamos um relatório resumo sobre a mesma para depois fazermos uma pesquisa a nível nacional para encontrarmos família para essa criança”</p> <p>“Depois cada centro distrital envia duas respostas para essa criança, duas famílias, cada um vai a sua lista e vê que famílias tem para a especificidade/perfil daquela criança e envia essas respostas, de acordo com a ordem de inscrição das famílias (...).”</p> <p>“A equipa que lançou a pesquisa para a criança vai analisar essas candidaturas, pela ordem de inscrição, e ver que família é mais adequada para aquela criança, e tudo tem de ser justificado ao Conselho Nacional de Adoção (CNA) (...).”</p>

“(...) quando temos três candidaturas para aquela criança, **preparamos uma ficha de encaminhamento** para fazer a proposta de encaminhamento ao CNA (...). “

“(...) se a família pertence, por exemplo, à Santa Casa somos nós que vamos fazer a **apresentação da criança a essa família** (...).”

“Quando não há resposta a nível nacional **fazemos pesquisa a nível internacional.**”

“Nós, equipas das crianças **fazemos também a formação C**, (...).”

“**A sessão A** é sempre realizada por uma jurista e uma assistente social, normalmente da **equipa de estudos** e a **sessão B** é sempre realizada, também pela **equipa de estudos**, uma assistente social e uma psicóloga.”

“O período de pré-adoção nós **acompanhamos as famílias** que são da Santa Casa da Misericórdia e das crianças que são escolhidas do nosso centro distrital.”

Tabela 10- Funções de uma Equipa de adoção

Nas funções de uma Equipa de adoção podemos analisar que neste momento, na SCML, existem seis equipas de estudos que realizam os estudos das candidaturas, fazem entrevistas, aplicam os testes e realizam as formações no âmbito do estudo (sessão A e sessão B) e cinco equipas de crianças que acompanham a criança desde que lhes é sinalizada até ao encaminhamento da mesma para a família adotiva e realizam também a formação C.

Cada equipa é gestora, alternadamente, de um processo. As técnicas conhecem a criança, preparam um relatório resumo da mesma e depois realizam uma pesquisa a nível nacional para encontrarem uma família para essa criança. Cada centro distrital envia duas propostas de família, de acordo com a ordem de inscrição das mesmas. A equipa que tem o processo da criança analisa essas candidaturas para apurar que melhor família se adequa. Todas as decisões têm de ser justificadas ao Centro Nacional de Adoção (CNA). Quando têm três famílias para a criança, elaboram uma ficha de encaminhamento para fazer a proposta ao CNA. Se a família pertence à SCML, é a equipa dessa instituição que realiza a apresentação da criança à família. No período de pré-adoção acompanham as famílias que pertencem à SCML e das crianças que são do seu centro distrital.

2. Para respondermos ao objetivo “Compreender o processo de adoção em Portugal” definiu-se quatro categorias, Caracterização do processo, Maiores preocupações das

Ser família adotiva: o processo de adoção e adaptação das famílias na pré-adoção

famílias, O que é mais difícil de gerir com as famílias, maiores motivações das famílias para a adoção.

Compreender o processo de adoção em Portugal

Caracterização do processo

“Eu acho que o processo, comparado com os outros países, **está a melhorar bastante**, tem melhorado ao longo dos anos. As coisas agora são **muito mais rigorosas**, o estudo tem mais rigor, (...).”

“**Há formação, não é obrigatória por lei**, infelizmente, mas quase toda a gente adere. É algo que está agora a ser vista pelas equipas de todo o país (...).”

“(...) achamos que **é essencial as pessoas terem a formação C**, antes de adotar e às vezes, há pessoas que ainda não têm formação C, pois **há sítios que não têm disponibilidade técnica** para fazerem tantas formações C.”

“**Noutros países** como Malta, Holanda e Espanha **a formação é anterior** e faz sentido, porque depois há pessoas que nem se inscrevem porque percebem que os desafios são vários, **as pessoas idealizam muito.**”

“Outra coisa que neste país, que ainda está bastante, a meu ver, ao contrário, é que parece quase que se **dá mais importância ao superior interesse dos candidatos** e eles próprios, às vezes, não entendem que **nós estamos à procura de famílias para as crianças e não estamos à procura de criança para aquela família.**”

“As famílias reclamam muito que **esperam muito tempo**, etc. Neste momento é uma **loucura de candidaturas**, agora ficámos com o distrito de Lisboa, são candidaturas atrás de candidaturas.”

“**Não há nenhum limite a estas inscrições** e depois a lista é completamente absurda e por isso **as pessoas esperam 7/8 anos** (...).”

“Há um grande **despendo de energia** porque a inscrição de uma candidatura implica o seu estudo e o seu **estudo implica imensos técnicos**, (...).”

“Porque a proporção entre candidatos e crianças é muito desproporcional, **há muito mais famílias** para poderem adotar **do que crianças** em situação de adotabilidade.”

“Há **imenso trabalho** e muito focado no **torno das candidaturas**, se calhar podia-se desenvolver um **trabalho** com outras características **na indicação das crianças e para as crianças que existem (...).**”

“Por outro lado, em termos da adoção em Portugal é a **diferença de idade entre os adotados e os adotantes, que é 50 anos**, ou seja, nós temos crianças de 2 anos que vão para famílias com 51 anos, por isso acho que **a diferença de idades devia ser menor.**”

“Em relação à adoção em Portugal, acho que **há muitas coisas**, de facto, **que melhoraram**, têm vindo a melhorar, **outras que deveriam ser mudadas.**”

Tabela 11- Caracterização do processo - Técnicos

As técnicas caracterizam o processo de adoção como algo que está a melhorar bastante, onde o estudo tem mais rigor. Podemos perceber que a formação existente não é obrigatória por lei e é algo que está a ser visto pelas equipas a nível nacional, pois creem que é essencial as pessoas terem a formação C antes de adotar. Porém há sítios que não têm técnicos suficientes para realizar tantas formações C. Fazendo uma comparação com outros países, em que a formação é anterior, e que para as técnicas faz todo o sentido porque há pessoas que, ao perceberem logo os desafios de uma adoção, acabam por nem se inscrever. As técnicas ressaltam ainda que muitas vezes se dá mais importância ao superior interesse dos candidatos, pois os mesmos não entendem que as técnicas estão à procura de famílias para as crianças e não vice-versa. Outro ponto negativo é que não existe um limite de candidaturas e por este motivo os candidatos acabam por esperar sete ou oito anos até adotarem. Isto faz com que a proporção entre crianças e candidatos é bastante desproporcional, há muito mais famílias para adotar do que crianças em situação de adotabilidade. Um aspeto que as técnicas vêm como menos positivo é a diferença de idade entre adotantes e adotados em Portugal, que é 50 anos, as mesmas consideram que a diferença devia de ser menor.

Por fim as técnicas aconselham que devia haver um trabalho mais focado nas e para as crianças que existem e não tão focado em torno das candidaturas.

É de salientar que, na opinião das técnicas, há muitas coisas que já melhoraram no processo de adoção em Portugal, mas outras que deviam ser alteradas.

Compreender o processo de adoção em Portugal
Maiores preocupações das famílias
<p>“A maior preocupação é ter a criança o mais rápido possível, é o tempo de espera.”</p> <p>“A maior parte são muito exigentes nos antecedentes das crianças.”</p> <p>“As pessoas são cada mais vez mais exigentes a esse nível, raramente temos famílias que se centrem apenas nas características da criança, independentemente da sua história familiar,</p> <p style="text-align: center;">(...).”</p> <p>“As preocupações depois de terem a criança é que ao fim de dois meses já acham que a criança tem de estar super vinculada, que a criança ainda tem muitos movimentos de rejeição, que a criança ainda não aceita o contacto físico, que afinal é muito agressiva,</p> <p style="text-align: center;">(...).”</p>

Tabela 12- Maiores preocupações das famílias

Relativamente às maiores preocupações das famílias podemos apurar que é o tempo de espera, os antecedentes das crianças, ou seja, a sua história familiar e o facto de a criança não criar logo um vínculo e mostrar movimentos de rejeição ao contacto físico, após pouco tempo de estar com a família.

Compreender o processo de adoção em Portugal
O que é mais difícil de gerir com as famílias
<p>“O mais difícil é o tempo de espera.”</p> <p>“A dificuldade é as pessoas perceberem o que é uma criança em instituição e quais são as suas necessidades, (...).”</p> <p>“Uma das dificuldades é a idealização do filho biológico que não tiveram e projetam tudo na criança que vão adotar, (...).”</p>

Tabela 13- O que é mais difícil de gerir com as famílias

O mais difícil de gerir com as famílias é o tempo de espera, a idealização do filho biológico que não tiveram acabando por projetar todas as características na criança que vão

adotar e o facto dos candidatos não perceberem as necessidades de uma criança institucionalizada.

Compreender o processo de adoção em Portugal
Maiores motivações das famílias para a adoção
“A maior motivação é a alternativa à criação biológica. ” “Temos alguns casos é por uma questão de solidariedade , mas raramente.”

Tabela 14- Maiores motivações das famílias para a adoção

Segundo as técnicas, as maiores motivações que levam uma família a adotar é a alternativa à criação biológica e por uma questão e solidariedade.

3. Para respondermos ao objetivo “Identificar e caracterizar o acompanhamento realizado no período de pré-adoção” definiu-se duas categorias, O que é verificado na pré-adoção, Tipo de acompanhamento e presenças no mesmo.

Identificar e caracterizar o acompanhamento realizado no período de pré-adoção
O que é verificado na pré-adoção
“É o acompanhamento , saber como a criança está , o que os pais estão a sentir , quais são as dificuldades. ” “Quando há muitas dificuldades, se nós conhecemos uma família que também tivesse passado por isso, promovemos um encontro com essa família. ” “No fundo não estamos só para avaliar , estamos para acompanhar mesmo.” “(…) no fundo somos um apoio e mesmo depois da adoção concretizada ficamos sempre disponíveis (…). ”

Tabela 15- O que é verificado na pré-adoção

Ser família adotiva: o processo de adoção e adaptação das famílias na pré-adoção

No período de pré-adoção as técnicas acompanham as famílias, percebem o que estão a sentir os pais e as suas dificuldades. Quando há bastantes dificuldades, promovem encontros com uma família que também tenha passado pelas mesmas.

As técnicas consideram-se um apoio para as famílias, que fica sempre disponível mesmo após a adoção.

Identificar e caracterizar o acompanhamento realizado no período de pré-adoção
Tipo de acompanhamento e presenças no mesmo
“Existem contactos telefónicos e visitas. ”
“Normalmente vamos a casa ou encontramos-nos num jardim com a família e a criança , às vezes há uma colega que fica mais a falar com a família e outra vai com as crianças (...).”
“(...) mas também falamos só com os pais , quando há essa necessidade, sem a presença das crianças.”
“Também há encontros de pré-adoção que são sem as crianças.”
“Também vamos á escola quando as crianças a integram, falamos com os psicólogos que estão a apoiar as crianças.”
“Às vezes fazemos quase terapia conjugal porque já aconteceu, com a entrada de uma criança na família, ou o casal já estava muito coeso ou se as coisas já não estavam assim tão bem e não nos disseram, às vezes a coisa descamba (...).”

Tabela 16- Tipo de acompanhamento e presenças no mesmo

Quanto ao tipo de acompanhamento podemos concluir que existem contactos telefónicos e visitas em casa ou num jardim, em que vai os pais e as crianças, uma técnica concentra-se nos pais e outra na criança. Quando há necessidade encontram-se apenas com o casal e acabam por muitas vezes realizarem terapia conjugal, pois por vezes com a entrada de uma criança na família pode trazer algumas dificuldades.

As técnicas promovem encontros de pré-adoção, que são sem as crianças e realizam visitas às escolas e falam com os psicólogos que acompanham as crianças.

3.2. Discussão dos resultados

Depois de realizada a análise dos resultados obtidos, neste capítulo iremos sintetizar os resultados tendo em conta os objetivos da investigação e discutir estes mesmos resultados conforme a fundamentação teórica desenvolvida anteriormente. Iremos ainda expor uma resposta à questão de partida da investigação, como conclusão final deste estudo.

a) Compreender o processo de adoção em Portugal

Ao longo da investigação realizada, foi possível chegar a este objetivo e perceber o processo de adoção em Portugal, através da análise de conteúdo realizada. Tornou-se possível compreender o processo de adoção através das famílias e das técnicas.

Posto isto podemos perceber que existem duas grandes motivações para as famílias decidirem adotar, a primeira é a impossibilidade de criação de filhos biológicos e a segunda é por uma questão de solidariedade. Nesta questão as respostas das famílias e as técnicas são semelhantes.

Como nos diz (Levinzon, 2006, p. 25),

“Há uma ampla gama de motivos que levam um casal a adotar uma criança: questões de infertilidade; pais que afirmam que “sempre pensaram em adotar”; a morte de um filho biológico; o contato com uma criança abandonada que suscita o desejo de cuidar dela; o desejo de ter filhos quando já não é mais possível biologicamente; o parentesco com pais biológicos que não podem cuidar da criança; pessoas que não possuem um parceiro, mas querem exercer a maternidade ou a paternidade; o medo de uma gravidez; o argumento de que “há muitas crianças necessitadas” e é melhor adotá-las do que pôr mais crianças no mundo.”

Através da investigação pudemos perceber como se desenrola o processo em Portugal. Apesar dos dados obtidos serem uma pequena amostra podemos comprovar, com os estudos existentes que no processo de adoção:

torna-se imprescindível a existência de um rigoroso processo de rastreio, avaliação, seleção e acompanhamento destas famílias, por parte de técnicos sérios e sábios, capazes de co construir projetos de adoção que sejam realistas, e de instigar

crescimento nas famílias, de forma que se caracterizem como detentoras de sensibilidade, conhecimentos e competências capazes de antecipar e resolver as dificuldades que enfrentam, com confiança no seu repertório de estratégias parentais. (Almeida, 2017, p. 16)

Segundo as famílias, a fase inicial do processo é composta pelo preenchimento de documentos necessários bem como pela participação nas sessões de formação, e vai de acordo com o Artigo 44.º da Lei 143/2015, que contempla todas estas temáticas e outras como a avaliação psicológica do candidato. Apesar de no mesmo Artigo ser abordado as sessões formativas como elemento do conjunto de procedimentos de preparação, avaliação e seleção, as técnicas afirmam que “Há formação, não é obrigatória por lei, infelizmente, mas quase toda a gente adere.” e “(...) achamos que é essencial as pessoas terem a formação C, antes de adotar (...) pois há sítios que não têm disponibilidade técnica para fazerem tantas formações C” (Entrevista dos Técnicos). Através do Relatório de Atividade das Equipas de Adoção, percebemos que no ano de 2021, apenas dois distritos não realizaram qualquer sessão de formação, o distrito de Vila Real e o da Guarda (Departamento de Desenvolvimento Social (DDS); Unidade de Infância e Juventude (UIJ); Setor da Adoção e Apadrinhamento Civil (SAAC), 2022, p. 24). O facto da formação não ser obrigatória e a falta de recursos humanos para a realizar, faz com que os candidatos frequentem ou não, conforme a sua vontade, e com que muitas vezes avancem para o período de pré-adoção sem as informações importantes que são transmitidas nestes encontros.

Para a caracterização do processo as famílias, na sua maioria, afirmam que o processo é longo, bastante longo e que enquanto esperam sente-se perdidas e no vazio. Uma família acha que os teste iniciais do processo são repetitivos que há demasiada parte técnica e pouco contacto direto.

As técnicas de adoção afirmam que o processo está a melhorar bastante, pois é tudo mais rigoroso. Afirmam ainda que as famílias só esperam muito tempo porque existem bastantes candidaturas, pois não existe limite de inscrições, e por isso o tempo médio de espera é de 7 a 8 anos. Em Portugal, em dezembro de 2021, existiam 1569 processos ativos nas equipas dos candidatos (Departamento de Desenvolvimento Social (DDS); Unidade de Infância e Juventude (UIJ); Setor da Adoção e Apadrinhamento Civil (SAAC), 2022, p. 30). Outro ponto é a proporção entre crianças e candidatos é muito desproporcional, existe muito

mais famílias do que crianças em situação de adotabilidade. Segundo o Relatório CASA 2021, no mesmo ano havia 6.369 crianças/jovens acolhidos e desses apenas 502 estavam em situação de adotabilidade. “Das 502 crianças e jovens para as quais foi definido o projeto de promoção e proteção de adoção, 347 (69%) tinham esse projeto proposto ao tribunal pelos gestores de processo, e 155 (31%) viram a sua situação de adotabilidade decretada pelo Tribunal em 2021.” (Instituto da Segurança Social, I.P, 2022, p. 61)

Outro ponto negativo de processo de adoção em Portugal, para as técnicas de adoção, é a diferença de idade entre os adotantes e os adotados, que neste momento é de 50 anos. Posto este fator temos crianças que com um ano vão para pais adotivos com 51 anos, o que não é um ponto a favor, na opinião das técnicas, pois consideram que os pais já não terão a mesma disponibilidade física e mental para uma criança tão pequena.

Quanto á duração do processo de adoção, a maioria das famílias esperou cerca de cinco anos até ter o seu filho. “Uma vez que os candidatos podem indicar preferências relativamente às características da criança a adotar (maioritariamente bebés, sem problemas de saúde ou de desenvolvimento), os tempos de espera nas listas de adoção podem variar entre alguns meses e vários anos.” (Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP, 2017, p. 28). Podemos concluir que o tempo de espera está ligado às preferências das famílias aquando do preenchimento dos inquéritos iniciais sobre as características das crianças.

As maiores preocupações das famílias, segundo as técnicas, são o tempo de espera que, como já foi abordado anteriormente, é bastante elevado e os antecedentes da criança, ou seja, a sua história familiar.

Dentre todos os diferentes ambientes sociais em que o indivíduo se encontra inserido ao longo do seu desenvolvimento, o ambiente familiar é visto como poderoso agente primário de socialização, que influencia não só a formação da personalidade, como também as motivações, além de ser responsável em transmitir valores, crenças e normas de uma cultura. (Betti, Nunes, Rios, & Silva, 2008, p. 222)

Podemos então perceber a preocupação das famílias nos antecedentes das crianças, já que a família é o agente primário da socialização, e considerando que “26,1% das crianças e jovens são seguidas em consultas regulares de pedopsiquiatria ou de psiquiatria. 27,5% de crianças e jovens fazem medicação do foro psiquiátrico.” (Instituto da Segurança Social, I.P, 2022, p. 38). Estes valores estão relacionados com a história familiar da criança.

b) Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção

As principais dificuldades na pré-adoção, identificadas pelas famílias, foram as dificuldades associadas a uma criança, a sensibilidade que caracteriza todo o processo e o impor regras e limites. Para a família monoparental o mais difícil foi o facto de ser um processo individual, em que é sempre e apenas uma pessoa a lidar com qualquer tipo de responsabilidade e/ou dificuldade.

Num estudo longitudinal realizado com pais adotivos de trinta e cinco crianças (...) emergiram cinco categorias relacionadas com o stress parental: interações pais filhos – mais concretamente, o facto de os filhos mentirem aos pais, desobedecerem, testarem limites e mencionarem querer voltar para a família de origem; coesão familiar – como, por exemplo, a rivalidade entre irmãos, ou até mesmo o ciúme, dado que se trata da chegada de uma outra pessoa, que irá partilhar o amor e a atenção dos seus pais; ajustamento parental a novos papéis e responsabilidades – consequentemente, falta de tempo em casal, ou mesmo, o conflito decorrente do facto de cada elemento ter a sua própria individualidade, mudança de rotinas e o estabelecimento de regras parentais, com a consequente criação de novas regras de funcionamento, dada a entrada de elementos novos na família (...).” (Nogueira, 2015, p. 8).

Quanto às principais conquistas na pré-adoção, as respostas não são unânimes, desde mudanças de temperamentos a pequenas evoluções a nível de questões genéticas. **“Há situações que são recompensadoras**, mas que só agora a esta distância, que já com um ano e pouco de vivência com eles é que os conseguimos conhecer, porque na altura até nos passa despercebido.” (Entrevista família 4- apêndice K)

Segundo Nogueira,

As famílias adotivas têm de lidar com tarefas específicas resultantes da interação de vários fatores: pessoais, familiares, sociais e culturais. Muitas destas tarefas são consideradas stressantes e, por isso mesmo, estas famílias devem ser apoiadas e orientadas, tanto durante a espera pelo filho, como após a adoção. (Nogueira, 2015, p. 4)

Podemos perceber que ao longo de todo o período de pré-adoção existem mudanças e pequenas conquistas, mas as famílias estão em alto nível de stress que não conseguem perceber estas modificações.

c) Identificar e caracterizar o acompanhamento realizado na pré-adoção

As técnicas de adoção explicitaram o que é verificado na pré-adoção e admitem que não estão só para avaliar, mas sim para acompanharem a família. O objetivo é perceber como os pais se sentem e quais as suas dificuldades, sendo um apoio para os mesmos, ficando disponíveis mesmo depois da adoção ser concretizada. Segundo Palacios, “essas famílias podem se beneficiar de aconselhamento para ajudá-los a compreender os problemas de seus filhos ou situação adotiva a que estão sendo apresentados, bem como abordá-los da forma mais eficaz possível com estratégias educacionais apropriadas.” (Palacios, 2007, p. 193).

Segundo as famílias, o apoio dado pelas técnicas foi bastante positivo. As técnicas da equipa de adoção realizam visitas e contactos telefónicos, e as famílias recordam que as mesmas estavam sempre disponíveis, ajudando muitas vezes a tomarem decisões, este ponto vai de acordo com o Artigo 60º do RJPA que prevê que deve existir acompanhamento técnico junto da criança e da família, “proporcionando aconselhamento e apoio na superação de dificuldades decorrentes da filiação e parentalidade adotivas.” (Departamento de Desenvolvimento Social (DDS); Unidade de Infância e Juventude (UIJ); Setor da Adoção e Apadrinhamento Civil (SAAC), 2022, pp. 30-31).

Um dos casais referiu que as técnicas falharam na transmissão das ajudas disponíveis na fase de pré-adoção. É de referir que os dados recolhidos foram de famílias que terão sido acompanhadas pelos mesmos técnicos da equipa de adoção, o que dificulta a discussão deste ponto, pois não nos podemos basear apenas no apoio de uma equipa para entendermos se o acompanhamento é bem realizado a nível geral.

CAPÍTULO IV- CONCLUSÕES

O presente estudo teve como ponto fulcral o processo de adoção em Portugal, tendo como objetivos principais compreender o decorrer do processo de adoção e o período de pré-adoção, através das famílias e dos técnicos.

Todos os objetivos específicos do estudo foram atingidos, nomeadamente: Entender as fases do processo de adoção em Portugal; Perceber o tempo de duração do processo; Perceber que trabalho é realizado com as famílias adotivas durante todo o processo de adoção; Identificar o acompanhamento realizado na pré-adoção e Compreender como decorreu a adaptação criança-família.

O único objetivo inicial que não foi atingido foi a aplicação das entrevistas às crianças, mesmo após várias tentativas não foi possível a realização das mesmas. A amostra também foi inferior ao que era desejável, tanto de famílias como de técnicos.

Segundo Bertão & Timóteo (2012, p. 18), “A participação dos sujeitos nos processos que lhes dizem respeito é entendida como um princípio da Educação Social, (...)”, por este motivo, as funções de um Técnico Superior de Educação Social passam, também, pelo processo de adoção. Neste processo existe um trabalho com as famílias e com as crianças, tendo os mesmos um papel de maior importância e responsabilidade em todos os momentos.

Através do estudo realizado conseguimos perceber que a adoção continua a ser um meio procurado quando as famílias não conseguem recorrer à criação biológica, bem como por uma questão de solidariedade. Devido ao facto de não haver um limite de candidaturas as equipas de adoção têm bastantes famílias mas poucas crianças para as mesmas. O processo de adoção tem melhorado ao longo dos anos, mas pelo que foi possível apurar nas entrevistas com os técnicos ainda há muitas mudanças para serem realizadas.

Limitações da investigação

Ao longo do processo de investigação, existiram alguns obstáculos e limitações a este estudo. A primeira dificuldade foi o espaçamento temporal desde o primeiro contato com a SCML e a aplicação das entrevistas aos técnicos e famílias. A disponibilidade da SCML para

apoiar esta investigação foi imediata, porém, até ao contacto com os técnicos, de maneira a marcar a entrevista, durou alguns meses.

Outra limitação foi chegar ao contato com as famílias devido à proteção de dados, pois trata-se de um tema bastante pessoal e confidencial.

A última dificuldade foi realizar as entrevistas às crianças, pois é um assunto difícil de abordar com as mesmas, sendo que ou os processos eram relativamente recentes ou eram crianças muito pequenas.

Propostas para futuras investigações

Chegando ao final da investigação, é importante falarmos dos temas abordados, mas também refletirmos sobre os que não foram abordados e que podem ser pertinentes. É nesta perspetiva que apresento propostas para futuras investigações.

A primeira proposta vai ao encontro do tema desta investigação, perceber o processo de adoção através da perspetiva do adotado, desde a sua preparação até ao encaminhamento para a família, mas entrevistando jovens que já tenham passado por este processo há algum tempo.

A segunda proposta é perceber como perceciona a família alargada, avós e tios por exemplo, o processo de adoção em Portugal e qual o seu papel no mesmo.

A terceira e última proposta diz respeito ao tema desta mesma investigação, ou seja, seria pertinente e interessante tentar perceber, futuramente, se houve mudanças no processo de adoção em Portugal, bem como na sua duração.

CAPÍTULO V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. S. (2017). *O processo adotivo: características psicossociais, disponibilidade emocional parental e desenvolvimento das crianças*. Faro: Universidade do Algarve.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada: Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Banhudo, S., Cabral, A. S., & Macedo, D. (2020). *CASA 2020 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.
- Batista, C. G. (2014). *Olhares sobre os (Des)afetos: A Perspetiva dos Profissionais sobre a Institucionalização de Crianças e Jovens*. Portalegre.
- Bertão, A., & Timóteo, I. (2012). *Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos*.
- Betti, M., Nunes, C., Rios, K., & Silva, N. (2008). *Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil*. Brasil.
- Biklen, S. K., & Bogdan, R. (1999). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bolieiro, H., & Guerra, P. (2009). *A Criança e Família - Uma Questão de Direito(s). Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e dos Jovens*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Bowlby, J. (1976). *Attachment and Loss: Vol. 2. Separation: Anxiety and Anger*. New York: Basic Books.
- Campenhoudt, L. V., & Quivy, R. (s.d.). *Manual de Investigação em Ciência Sociais*.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, M. J. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cavalcante, M., & Nascimento, L. (2018). *Abordagem quantitativa na pesquisa em educação: investigações no cotidiano escolar*. Brasil.
- CNA, C. N. (2016). *Regulamento do Processo de Adoção*.

CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; ISS - Instituto de Segurança Social; Casa Pia de Lisboa; Câmara Municipal do Montijo; CDSS Sintra; CDSS Lisboa; CPCJ Cascais; CPCJ Sintra Ocidental; IAC; ISPA; I.P.; SCML. (2014). *Promoção e Proteção do Direitos das Crianças. Guia de Orientações para os Profissionais da Acção Social na Abordagem de Situações de Perigo.*

Cunha, S. R. (2014). *Uma análise ao modo como os técnicos de intervenção social perspetivam as medidas de acolhimento institucional de crianças e jovens*. Minho: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Lei n. °147/99 de 1 de setembro. Diário da República n.º204/1999, série I-A. Lisboa: Ministério Público.

Lei n. °142/2015 de 8 de setembro. Diário da República n. °175/2015, série I. Lisboa: Ministério Público.

Lei n. °31/2003 de 22 de agosto. Diário da República n. °193/2003, série I-A. Lisboa: Ministério Público.

Lei n. °143/2015, de 8 de setembro. Diário da República n. °175/2015, série I. Lisboa: Ministério Público.

Departamento de Desenvolvimento Social (DDS); Unidade de Infância e Juventude (UIJ); Setor da Adoção e Apadrinhamento Civil (SAAC). (2022). *Relatório de Atividade - Equipas de Adoção do ISS, I.P. e Autoridade Central para a Adoção Internacional 2021.*

Departamento de Desenvolvimento Social I Unidade de Infância e Juventude. (2019). *Guia de procedimentos para a articulação técnica na preparação da criança para a adoção.* Instituto de Segurança Social, I.P.

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP. (2017). *Processo de Adoção.* Lisboa: Coleção Temas B n.º: 18.

Ducharne, M. B., Ferreira, J., Monteiro, J., & Soares, J. (2011). ECAA - Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre Adoção.

Ducharne, M. B., Monteiro, J., Moreira, A., Silva, A. F., & Soares, J. (2011). EPA- Entrevista sobre o Processo de Adoção.

- Gago, L., Guerra, P., Massena, A., & Perquilhas, M. (2015). *Intervenção em Sede de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Godinho, R. (5 de janeiro de 2017). As Casas para Crianças em Perigo Não Estão Preparadas para as Acolher. (A. D. Cordeiro, Entrevistador)
- Gomes, A. B., & Santos, S. V. (2012). Satisfação conjugal em casais candidatos à adoção. Em M. M. Calheiros, M. V. Garrido, & S. V. Santos, *Crianças em Risco e Perigo- Contextos, Investigação e Intervenção* (pp. 157-188). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Lisboa: Textos Editores, LDA.
- Gonçalves, D. P. (2017). *Adoção, as palavras que nos vêm ao pensamento: Estudo exploratório das representações de adultos da população geral*. Porto.
- Instituto da Segurança Social, I. (2019). *Guia Prático- Adoção*.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2022). *CASA 2021 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude:.
- Instituto de Segurança Social, I. (2011). *CASA 2011 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.
- ISS- Instituto da Segurança Social. (2020). *CASA 2020 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude.
- Leite, C. C. (2018). *Do Acolhimento ao Projeto de Vida: a Perspetiva dos Assistentes Sociais sobre o Acolhimento Residencial*. Lisboa.
- Levinzon, G. K. (jan-jun de 2006). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. pp. 24-31.
- Lopes, S. (2017). *Um novo olhar sobre o acolhimento residencial- A Realidade das Casas de Acolhimento no Distrito de Santarém*. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2008). *Violência e Vítimas de Crimes - Crianças*. Coimbra: Quarteto Editora.

- Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: Representações Sociais, Modos e Espaços*. Minho: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Matos, P. M., & Mota, C. P. (2008). *Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação*. Porto.
- Mendes, M. S. (2021). *Adopção tardia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Nogueira, F. A. (2015). *Processo de adaptação nas famílias adotivas - A percepção parental sobre exigências e potencialidades*. Lisboa.
- Oliveira, C. (2016). *A criança em perigo e os adultos que decidem por ela. Fatores de influência na morosidade processual de crianças e jovens em ambiente extra familiar temporário*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE.
- Oliveira, H. (19 de novembro de 2015). O Mal Menor do Acolhimento Residencial. Obtido de <https://www.ver.pt/o-mal-menor-do-acolhimento-residencial/>
- Palacios, J. (2007). Después de la adopción: necesidades y niveles de apoyo. Em *Anuario de Psicología*, vol.38, nº2 (pp. 181-198). Barcelona: Facultat de Psicologia, Universitat de Barcelona.
- Penha, M. T. (1996). *Crianças em Risco*. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Pereira, L. (2013). *Infâncias Enredadas: Retratos do Acolhimento Prolongado em Portugal*. Minho: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Pinheiro, M. (2012). *O acompanhamento a crianças e às suas famílias nos Centros de Acolhimento Temporário: A perspectiva dos técnicos de serviço social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Prata, C. M. (2013). *Crianças Institucionalizadas: Que Expetativas? Que Futuro?* Covilhã.
- Raposo, J. S. (2011). *Vinculação em Crianças Institucionalizadas*. Covilhã.
- República, A. d. (01 de 09 de 1999). Diário da República n.º 204/1999. *Lei n.º 147/99, de 1 de setembro*, pp. 6115 - 6132. Obtido de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/147-1999-581619>

Ribeiro, C., & Teixeira, C. (2012). *Sonhos Trazidos no Bico de uma Cegonha*. Vila Nova de Gaia: Torre de Gente.

Ribeiro, C., & Teixeira, C. B. (2012). *Sonhos Trazidos no Bico de Uma Cegonha. Falando sobre Adoção em Portugal*. Vila Nova de Gaia: Torre de Gente.

Tomás, C., & Fonseca, D. (2004). *Crianças em risco: o papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal*.

CAPÍTULO VI - Apêndices

Apêndice A- Guião de entrevista para os técnicos da equipa de adoção

Objetivos da entrevista:
- Caracterizar o trabalho das Equipas de Adoção
- Compreender o processo de adoção em Portugal
- Identificar e caracterizar o acompanhamento realizado no período de pré-adoção

Entrevista

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social-Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Deseja saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a sua autorização para fazer a gravação da entrevista. Autoriza esta gravação?

Obrigada desde já pela sua disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Qual a sua formação académica?
- Exerce funções nesta equipa desde quando?
- Que funções exerce dentro da equipa?
- Poderia explicar o que faz uma equipa de adoção?
- Como caracteriza o processo de adoção em Portugal?
- Quais são as maiores preocupações das famílias?
- O que é mais difícil de gerir com as famílias? O que é mais fácil?
- Maiores motivações/desejos das famílias para a adoção?
- O que é verificado nos seis meses de pré-adoção?
- Como é realizado este acompanhamento? (visitas, entrevistas, contactos telefónicos)
- Quem está presente nestes contactos? (pais, crianças, individual ou em conjunto)

Apêndice B- Guião de entrevista para os pais

Objetivos da entrevista:
- Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
- Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção
- Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção

Entrevista

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Deseja saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a sua autorização para fazer a gravação da entrevista. Autoriza esta gravação?

Obrigada desde já pela sua disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Que idade tem?
- Qual a sua zona de residência?
- Como é composto o seu agregado familiar?
- Quais foram as principais motivações para decidir adotar?
- O que foi determinante para avançar com o processo?
- Pode descrever como se desenrolou todo o processo de adoção?
- Como caracteriza este processo?
- Quanto tempo demorou todo o processo?
- Quais foram as principais dificuldades e as principais conquistas nos primeiros seis meses após a adoção?
- Como caracteriza o apoio da equipa de adoção nos primeiros 6 meses?

Apêndice C- Guião de entrevista para as crianças e jovens

Objetivos da entrevista:
- Compreender como foi o processo para a criança/jovem até à adoção
- Perceber quais as mudanças na vida da criança/jovem
- Perceber o tempo decorrido entre a decisão do tribunal e a adoção

Entrevista

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a tua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A tua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Tens alguma dúvida? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a tua autorização para fazer a gravação da entrevista. Autorizas esta gravação?

Obrigada desde já pela tua disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Que idade tens?
- Quantos elementos tem a tua família e quem são eles?
- Como soubeste que ias ter uma família nova?
- Como te sentiste até ires viver com os teus pais?
- Achas que demorou muito tempo até ires viver na tua nova casa?
- Quais foram as maiores mudanças na tua vida após a adoção?
- Quais foram as maiores dificuldades para ti?

Apêndice D - CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENCARREGADOS(AS) DE EDUCAÇÃO

Caro(a) Encarregado(a) de Educação,

Serve o presente documento para solicitar a devida autorização para que o/a seu/sua educando/educanda possa participar num estudo que visa conhecer a perceção da criança/jovem sobre o processo de adoção em Portugal. A colaboração do/da seu/sua educando/educanda consiste na participação numa breve entrevista, aplicada por uma estudante do mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco do ISCE – Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito da realização da dissertação para obtenção de grau. A aplicação da entrevista requiere a gravação áudio para posterior análise de dados, sendo garantida a total confidencialidade das informações recolhidas. Para melhor análise, junto à presente declaração, apresentamos o guião de entrevista para que possa ter acesso a toda a informação para a sua tomada de decisão.

A participação no presente estudo é totalmente voluntária, podendo interromper a sua colaboração a qualquer momento. A informação recolhida será confidencial e só será utilizada para fins investigativos. Os registos áudio/vídeo da entrevista serão destruídos assim que o processo de recolha de dados da investigação se encontre concluído.

Para o esclarecimento de qualquer questão adicional poderá contactar a Professora Filipa Coelho, docente responsável pela orientação da dissertação, através do email filipa.coelhoso@isce.pt.

Obrigada pela sua colaboração!

Eu, _____, Encarregado de Educação do/a Jovem _____ autorizo o/a meu/minha educando/educanda a participar no estudo supracitado e declaro que fui informado das condições de aplicação e da garantia de respeito dos dados e confidencialidade cedidos.

Assinatura

Data

_____/_____/_____

Apêndice E- CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA TÉCNICOS

Caro(a) técnico da Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa,

Serve o presente documento para solicitar a devida autorização para a participação num estudo que visa conhecer a perceção dos Técnicos da Unidade de Adoção sobre o processo de adoção em Portugal. A sua colaboração consiste na participação numa breve entrevista, aplicada por uma estudante do mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco do ISCE – Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito da realização da dissertação para obtenção de grau. A aplicação da entrevista requer a gravação áudio para posterior análise de dados, sendo garantida a total confidencialidade das informações recolhidas. Para melhor análise, junto à presente declaração, apresentamos o guião de entrevista para que possa ter acesso a toda a informação para a sua tomada de decisão.

A participação no presente estudo é totalmente voluntária, podendo interromper a sua colaboração a qualquer momento. A informação recolhida será confidencial e só será utilizada para fins investigativos. Os registos áudio/vídeo da entrevista serão destruídos assim que o processo de recolha de dados da investigação se encontre concluído.

Para o esclarecimento de qualquer questão adicional poderá contactar a Professora Filipa Coelho, docente responsável pela orientação da dissertação, através do email filipa.coelho@isce.pt.

Obrigada pela sua colaboração!

Eu, _____, autorizo a minha participação no estudo supracitado e declaro que fui informado das condições de aplicação e da garantia de respeito dos dados e confidencialidade cedidos.

Assinatura

Data

_____/_____/_____

Apêndice F- CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS

Caro(a) pai/mãe,

Serve o presente documento para solicitar a devida autorização para a participação num estudo que visa conhecer a perceção dos pais sobre o processo de adoção em Portugal. A sua colaboração consiste na participação numa breve entrevista, aplicada por uma estudante do mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco do ISCE – Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito da realização da dissertação para obtenção de grau. A aplicação da entrevista requiere a gravação áudio para posterior análise de dados, sendo garantida a total confidencialidade das informações recolhidas. Para melhor análise, junto à presente declaração, apresentamos o guião de entrevista para que possa ter acesso a toda a informação para a sua tomada de decisão.

A participação no presente estudo é totalmente voluntária, podendo interromper a sua colaboração a qualquer momento. A informação recolhida será confidencial e só será utilizada para fins investigativos. Os registos áudio/vídeo da entrevista serão destruídos assim que o processo de recolha de dados da investigação se encontre concluído.

Para o esclarecimento de qualquer questão adicional poderá contactar a Professora Filipa Coelho, docente responsável pela orientação da dissertação, através do email filipa.coelho@isce.pt.

Obrigada pela sua colaboração!

Eu, _____, autorizo a minha participação no estudo supracitado e declaro que fui informado das condições de aplicação e da garantia de respeito dos dados e confidencialidade cedidos.

Assinatura

Data

_____/_____/_____

Apêndice G- Entrevista aos técnicos da equipa de adoção

Objetivos da entrevista:
- Caracterizar o trabalho das Equipas de Adoção
- Compreender o processo de adoção em Portugal
- Identificar e caracterizar o acompanhamento realizado no período de pré-adoção

Entrevista

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Desejam saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a vossa autorização para fazer a gravação da entrevista. Autorizam esta gravação?

Técnica 1: Sim autorizo.

Técnica 2: Sim, eu também.

Obrigada desde já pela vossa disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Qual a vossa formação académica?

Técnica 1: Tenho uma licenciatura em Psicologia, ou seja, em Portugal tenho uma licenciatura, em França onde tirei o curso tenho, para além da licenciatura, uma especialização em Psicologia Clínica e Psicopatologia, mas só me deram equivalência para a licenciatura.

Técnica 2: Eu sou Assistente Social.

-Exercem funções nesta equipa desde quando?

Técnica 1: Eu comecei a trabalhar na Misericórdia em 1985, na equipa de adoções estou desde 2002.

Técnica 2: Eu comecei a trabalhar na Misericórdia há 30 anos e estou há 19 anos nas adoções.

- Que funções exerce dentro da equipa?

R: Eu sou Psicóloga. A equipa tem Juristas, Assistentes Sociais e Psicólogos, se bem que somos todos técnicos de adoção, claro que há especificidades do Psicólogo inerentes à sua função.

- Poderiam explicar o que faz uma equipa de adoção?

R: Neste momento somos seis equipas de estudos e cinco equipas de crianças. A equipa cresceu muito desde há três anos para cá. As equipas de estudos fazem os estudos das candidaturas, a avaliação desde a inscrição até à seleção, fazem entrevistas, aplicação de testes, formações no âmbito do estudo e elaboram os relatórios de estudo. As equipas das crianças, não fazem estudos de candidaturas de raiz, mas fazem estudos de, por exemplo, adoções de filho de cônjuge, adoções de facto, que é crianças que já estão há algum tempo em apadrinhamento civil. Eu faço parte da equipa das crianças, temos toda a parte desde que a criança nos é sinalizada até ao encaminhamento da criança para a sua família adotiva e o acompanhamento da transição até ela ir para a família, isto é um processo bastante complexo. Cada equipa das crianças é composta por um psicólogo e um assistente social. As crianças são nos sinalizadas já com a situação de adotabilidade definida, portanto a situação jurídica. As crianças de Lisboa, não só cidade, mas por exemplo do concelho de Mafra pertencem, desde há dois anos e pouco, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As crianças são nos sinalizadas pelas Casas de Acolhimento que têm essas crianças, temos a sentença do tribunal que decreta a adoção destas crianças, as casas de acolhimento fazem o relatório de caracterização da criança, que abrange os vários aspetos da vida da criança, os seus antecedentes e familiares, o que levou a criança a ter como projeto de vida a adoção, o seu desenvolvimento e características, integração com os pares, ou seja, um relatório bastante complexo, um relatório médico e de algumas consultas de especialidade. Os processos das crianças rodam pelas cinco equipas, cada equipa é gestora, alternadamente, de um processo. Depois reunimos com a Casa de Acolhimento, sempre que possível conhecemos a criança e preparamos um relatório resumo sobre a mesma para depois fazermos uma pesquisa a nível nacional para encontrarmos família para essa criança. Esses procedimentos têm todos tempo, nós tentamos sempre cumprir os prazos, mas as vezes é complicado porque, por exemplo, ficamos algum tempo à espera do relatório médico e por aí fora, mas é sempre o mais depressa possível. Depois cada centro distrital envia duas respostas para essa criança, duas famílias, cada um vai a sua lista e vê que famílias tem para a especificidade/perfil daquela

criança e envia essas respostas, de acordo com a ordem de inscrição das famílias, porque há uma lista de candidatos a nível nacional e respeita-se a ordem de inscrição. A equipa que lançou a pesquisa para a criança vai analisar essas candidaturas, pela ordem de inscrição, e ver que família é mais adequada para aquela criança, e tudo tem de ser justificado ao Conselho Nacional de Adoção (CNA), porque se nós ultrapassamos uma candidatura que está primeiro que outra, temos de justificar porque o estamos a fazer. Depois quando temos três candidaturas para aquela criança, preparamos uma ficha de encaminhamento para fazer a proposta de encaminhamento ao CNA que tem de aprovar e só depois da aprovação e de termos a certidão do CNA é que podemos apresentar à primeira família, ou seja, se a família pertence, por exemplo, à Santa Casa somos nós que vamos fazer a apresentação da criança a essa família, mas se essa família for, por exemplo, de Bragança, as colegas desse centro distrital vão apresentar ao casal a situação da criança, caso aceite promovemos uma reunião com a Casa de Acolhimento para conhecerem melhor a criança e fazerem perguntas. Depois a família começa a preparar o álbum de apresentação da família para a criança e vice-versa, porque a criança já é preparada anteriormente, mas só é preparada para aquela família em concreto no momento em que temos o álbum, para a criança também perceber de quem se trata. A partir daí, o período de transição, nos miúdos mais crescidos pode ir até um mês, os mais pequenos pode ser uma semana ou dez dias, isso depois depende como as coisas estão a decorrer. Quando não há resposta a nível nacional fazemos pesquisa a nível internacional. Nós, equipas das crianças fazemos também a formação C, é uma formação enquanto as famílias estão em lista de espera, mas já próximas, à partida, da sua vez. É composta por cinco sessões, uma sessão sobre a vinculação, outra sobre a comunicação na adoção e em geral, outra sobre estratégias educativas, outra sobre a integração e os primeiros dias em casa. Estas sessões são sempre com testemunhos de famílias que já adotaram. A sessão A é sempre realizada por uma jurista e uma assistente social, normalmente da equipa de estudos e a sessão B é sempre realizada, também pela equipa de estudos, uma assistente social e uma psicóloga. Nós (equipas das crianças) fazemos encontros de pré-adoção, que são encontros entre as famílias que estão em período de pré-adoção. Começámos agora a realizar encontros entre famílias que já adotaram há bastante tempo, e levam os filhos. O período de pré-adoção nós acompanhamos as famílias que são da Santa Casa da Misericórdia e das crianças que são escolhidas do nosso centro distrital. O período de pré-adoção são 6 meses, mas pode ser prolongado, por mais três meses, mediante comunicação ao tribunal. Nós mantemos contato mesmo com as famílias que já adotaram há bastante tempo.

- Como caracterizam o processo de adoção em Portugal?

R: Eu acho que o processo, comparado com os outros países, esta a melhorar bastante, tem melhorado ao longo dos anos. As coisas agora são muito mais rigorosas, o estudo tem mais rigor, quando eu entrei o estudo só tinha três momentos, neste momento tem oito ou nove momentos. Há formação, não é obrigatória por lei, infelizmente, mas quase toda a gente adere. É algo que está agora a ser vista pelas equipas de todo o país, porque nós achamos que é essencial as pessoas terem a formação C, antes de adotar e às vezes, há pessoas que ainda não têm formação C, pois há sítios que não têm disponibilidade técnica para fazerem tantas formações C. Por isso há pessoas que chega a sua vez e não têm esta formação, e então há sempre uma orientação do CNA, que é transmitir os conteúdos dessa ação antes da adoção. Mas transmitir não é o mesmo de ter a formação, porque é mais dinâmica, onde se mete as pessoas a refletir umas com as outras, por isso é muito diferente. Nós podemos pôr “não escolhemos esta família porque sentimos que precisa mesmo da formação C”, mas não podemos fazer sempre isto, porque no fundo a culpa é das equipas, não podemos prejudicar as pessoas porque de facto não é obrigatório.

Noutros países como Malta, Holanda e Espanha a formação é anterior e faz sentido, porque depois há pessoas que nem se inscrevem porque percebem que os desafios são vários, as pessoas idealizam muito. Nós temos estado a pensar nisso, a formação ser antes, o que não invalida que depois se tenha outras formações.

Outra coisa que neste país, que ainda está bastante, a meu ver, ao contrário, é que parece quase que se dá mais importância ao superior interesse dos candidatos e eles próprios, às vezes, não entendem que nós estamos à procura de famílias para as crianças e não estamos a procura de criança para aquela família. A maior parte das pessoas são sofridas, que já passaram por momentos dolorosos de infertilidade, porque obviamente procuram a adoção como uma forma de ser uma alternativa. As famílias reclamam muito que esperam muito tempo, etc. Neste momento é uma loucura de candidaturas, agora ficámos com o distrito de Lisboa, são candidaturas atrás de candidaturas.

Não há nenhum limite a estas inscrições e depois a lista é completamente absurda e por isso as pessoas esperam 7/8 anos, e maior parte quer crianças muito pequenas e lineares.

Há um grande despendo de energia porque a inscrição de uma candidatura implica o seu estudo e o seu estudo implica imensos técnicos, isto é um trabalho muito minucioso para a adoção. Porque a proporção entre candidatos e crianças é muito desproporcional, há muito

mais famílias para poderem adotar do que crianças em situação de adotabilidade. Há imenso trabalho e muito focado no torno das candidaturas, se calhar podia-se desenvolver um trabalho com outras características na indicação das crianças e para as crianças que existem concretamente e há um dispêndio de trabalho muito focado nos estudos que depois muitas vezes não dá em nada. As pessoas perdem o seu tempo e energia porque para não serem selecionadas, há imensas candidaturas que são para exclusão ou que não são para seguir em frente, só que nem sempre se consegue fazer isso a meio da candidatura, tem de ser até ao fim, tem de se fazer um relatório porque as pessoas podem recorrer a tribunal, se não aceitarem a decisão de exclusão.

Por exemplo, crianças pequenas até aos 3 anos sem problemas de saúde graves, as candidaturas das famílias que adotam essas crianças inscreveram-se em 2015, ou seja, há 7 anos, portanto 7 anos é um tempo médio de espera normalíssimo e não tem haver com nada. As pessoas fora pensam que é porque os processos são muito burocráticos, demora muito tempo, mas não, simplesmente a partir do momento que uma criança está em situação de adotabilidade, o tempo de espera das pessoas tem haver com o facto de haver muito menos crianças e um dos critérios, desde que a família tenha perfil, é a cronologia em termos de data de inscrição. Por outro lado, em termos da adoção em Portugal é a diferença de idade entre os adotados e os adotantes, que é 50 anos, ou seja, nós temos crianças de 2 anos que vão para famílias com 51 anos, por isso acho que a diferença de idades devia ser menor. Claro que há sempre exceções, mas no geral, a diferença de idade de 50 é muitíssimo. Imagine um casal com 52 anos para uma criança, um bebé, não faz sentido nenhum, o bebé vai ter uns avós, não tem uns pais, e por mais que as pessoas possam ser jovens e dinâmicas já não estão na idade, porque depois até por outras discriminações. Em relação à adoção em Portugal, acho que há muitas coisas, de facto, que melhoraram, têm vindo a melhorar, outras que deveriam ser mudadas.

- Quais são as maiores preocupações das famílias?

R: A maior preocupação é ter a criança o mais rápido possível, é o tempo de espera. A maior parte são muito exigentes nos antecedentes das crianças. Há uma ficha de perfil quando as pessoas se inscrevem e depois têm a entrevista de motivação e há uma ficha perfil ao longo do estudo que as pessoas têm de entregar, em que aparecem o que aceitam e não aceitam. Essa ficha, agora, está a ser alvo de reflexão. Portanto não tem só a ver com as características

da criança em si, mas tem haver com os antecedentes familiares, estamos a falar de antecedentes psiquiátricos, antecedentes de debilidade mental, que a criança não manifesta, até pela tenra idade, mas que se sabe à partida que a mãe teve uma esquizofrenia ou que o pai era alcoólico ou toxicodependente e nós nos estudos também exploramos muito estes antecedentes da história familiar.

As pessoas são cada mais vez mais exigentes a esse nível, raramente temos famílias que se centrem apenas nas características da criança, independentemente da sua história familiar, e muitas vezes as crianças nem viveram com a família, mas pronto, há esse conhecimento. E é também importante que as crianças integrem famílias que aceitem porque tem haver com a história delas, para não atribuírem, por exemplo quando a criança for adolescente, “tem este comportamento porque a mãe biológica era...”. Têm de ser famílias abertas a estes níveis. Em termos de etnia e raças, cada vez mais há maior abertura da integração de crianças de outras etnias.

E nós notamos que realmente as pessoas esperam muito tempo, e ao fim de 6/7 anos as pessoas, mesmo com reavaliações, já não têm paciência, lá está as pessoas já começaram aos 40 e tal anos, quando vamos propor as crianças já têm 50 e tal, já estão noutra fase da vida e depois muitas vezes à custa da criança, a criança já lá está, e dizem “afinal não é o meu *timing*, não estou a aguentar, a criança é muito exigente...”, portanto é muito desfasado o tempo, 7 anos é uma eternidade, as pessoas mudam.

As preocupações depois de terem a criança é que ao fim de dois meses já acham que a criança tem de estar super vinculada, que a criança ainda tem muitos movimentos de rejeição, que a criança ainda não aceita o contacto físico, que afinal é muito agressiva, ou seja, as pessoas querem tudo muito depressa, apesar de nas formações dizermos que isto são processos muito longos e que demoram muito tempo, até que as crianças se sintam confiantes vão precisar de muitas provas e que não é em dois meses, mas as pessoas parece que de repente se esquecem disso tudo e ao fim desse tempo já estão a exigir que se portem muito bem à mesa, claro que não são todas. Nós Misericórdia, é preciso haver um acompanhamento, e nós temos dado um bom acompanhamento, há os 6 meses de acompanhamento e é essencial e nós temos noção que ao nível do país esse acompanhamento nem sempre acontece, muitas crianças vão e só passado dois meses há telefonemas, uma visita ou duas, não há esta articulação e as famílias precisam muito. A adoção não é igual de ter um filho biológico, há outros desafios acrescidos e a partilha dos técnicos é muito importante.

Nós na pré-adoção se não falamos uma semana, nós tentamos falar/visitar sempre que é preciso e no mínimo de 3 em 3 semanas, pelo menos numa fase inicial, mas se as vezes deixamos passar uma semana já pode ter acontecido coisas que depois não partilham connosco porque não querem incomodar. Nós temos de reforçar para que se acontecer alguma coisa as pessoas liguem, porque às vezes numa semana houve uma resposta que não devia ter sido aquela.

- O que é mais difícil de gerir com as famílias? O que é mais fácil?

R: O mais difícil é o tempo de espera. A dificuldade é as pessoas perceberem o que é uma criança em instituição e quais são as suas necessidades, muitas vezes as pessoas não têm qualquer noção e fazer com que as pessoas percebam, cada vez mais as pessoas estão infirmadas, mas continuamos a ter muitas famílias que idealizam muito. Uma das dificuldades é a idealização do filho biológico que não tiveram e projetam tudo na criança que vão adotar e ter consciência das suas necessidades é uma dificuldade que nós nos apercebemos nos estudos das candidaturas.

-Maiores motivações/desejos das famílias para a adoção?

R: A maior motivação é a alternativa à criação biológica. Temos alguns casos é por uma questão de solidariedade, mas raramente. É mesmo para terem um filho.

- O que é verificado nos seis meses de pré-adoção?

R: É o acompanhamento, saber como a criança está, o que os pais estão a sentir, quais são as dificuldades. Quando há muitas dificuldades, se nós conhecemos uma família que também tivesse passado por isso, promovemos um encontro com essa família. No fundo não estamos só para avaliar, estamos para acompanhar mesmo. A nossa experiência também sossega muito as famílias, dizer o que é normal ou não, o que costuma acontecer, damos estratégias porque também temos uma rede de conhecimentos com técnicos de psicologia e mais especializados em determinadas áreas, no fundo somos um apoio e mesmo depois da adoção concretizada ficamos sempre disponíveis, claro que depois já pode partir das famílias contactarem connosco e nós estamos disponíveis na mesma

- Como é realizado este acompanhamento? (visitas, entrevistas, contactos telefónicos)

R: Existem contactos telefónicos e visitas.

- Quem está presente nestes contactos? (pais, crianças, individual ou em conjunto)

R: Normalmente vamos a casa ou encontramos-nos num jardim com a família e a criança, as vezes há uma colega que fica mais a falar com a família e outra vai com as crianças para o quarto ou assim, mas também falamos só com os pais, quando há essa necessidade, sem a presença das crianças. Também há encontros de pré-adoção que são sem as crianças. Também vamos à escola quando as crianças a integram, falamos com os psicólogos que estão a apoiar as crianças. Fazemos relatórios médicos, ou seja, fazemos um apanhado de tudo relacionado com a criança. Às vezes fazemos quase terapia conjugal porque já aconteceu, com a entrada de uma criança na família, ou o casal já estava muito coeso ou se as coisas já não estavam assim tão bem e não nos disseram, às vezes a coisa descamba um bocadinho, ou porque não concordam um com o outro sobre as estratégias educativas e já assistimos a vários casais à beira da separação.

Apêndice H- Entrevista Família 1

Objetivos da entrevista:
- Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
- Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção
- Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Desejam saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a vossa autorização para fazer a gravação da entrevista. Autorizam esta gravação?

Resposta: Sim, autorizamos.

Obrigada desde já pela vossa disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Que idade têm?

R: Nós temos 47 e 41 anos.

- Qual a vossa zona de residência?

R: A nossa zona de residência é Cascais.

- Como é composto o vosso agregado familiar?

R: Somos nós os dois mais as duas filhas, uma biológica e outra adotada.

- Quais foram as principais motivações para decidirem adotar?

R: Sempre fez parte dos nossos planos. Sempre pensámos ter filhos biológicos e filhos adotivos.

- O que foi determinante para avançar com o processo?

R: Foi a estabilidade. Estávamos numa fase já mais estável e decidimos que era aquele momento.

- Podem descrever como se desenrolou todo o processo de adoção?

R: Fizemos a candidatura na Santa Casa, que é responsável pelo distrito de Lisboa. Na altura vivíamos mesmo em Benfica, ou seja, pertencíamos ao município de Lisboa. Colocámos a candidatura, depois fizemos a formação A que é descrita algumas estatísticas e a lei, depois tivemos entrevistas e testes na Santa Casa. Depois tivemos a formação B com os outros casais e aí era só um dia. Depois tivemos a formação C que foram 5 meios-dias, era uma manhã.

- Como caracterizam este processo?

R: É longo e bastante desgastante. A espera é bastante longa, pelo menos no nosso caso. Claro que isso é porque há muitos mais casais que crianças que estejam já na posição de ser adotadas, mas nós sabemos que existem mais crianças que precisam de famílias, mas que não estão na posição de ser adotadas. É um processo desgastante sim!

- Quanto tempo demorou todo o processo?

R: Nós recebemos a nossa filha um ano após a formação C e tivemos 4 anos nessas formações. Não é um processo contínuo, mas foi começámos em 2012, em 2016 foi quando fizemos a última formação. O processo foi 4 anos e com a chegada da nossa filha foram 5 anos, no total foram 5.

- Quais foram as principais dificuldades e as principais conquistas nos primeiros seis meses após a adoção?

R: As dificuldades associadas a uma criança, ela tinha dois anos, com essa idade, os bebés não sabem bem o que está a acontecer, não é como as crianças mais velhinhas que já querem muito e já percebem. No caso da nossa filha ela tem um temperamento difícil e na altura não era fácil.

A principal conquista é que ela era uma criança um bocado amarga e ficou uma criança bastante dócil passado seis meses. Ainda hoje tem dificuldade em gerir as emoções, mas tem mais a ver com a personalidade. É uma criança que exige atenção, que exige energia, mas é a personalidade.

- Como caracterizam o apoio da equipa de adoção nos primeiros 6 meses?

R: Éramos seguidos, deram bastante apoio. Aquela parte que vamos conhecer a criança é bastante cansativo, temos de seguir orientações, claro que somos observados, não estamos no nosso meio, essa parte é muito cansativa. Temos o apoio, mas é cansativo igual. Depois fomos sempre muito bem acompanhados pelas técnicas, estavam sempre disponíveis e correu bem. Não nos sentimos desprotegidos nem abandonados depois da formação.

Apêndice I- Entrevista família 2

Objetivos da entrevista:
- Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
- Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção
- Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Desejam saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a vossa autorização para fazer a gravação da entrevista. Autorizam esta gravação?

Resposta: Sim, autorizamos.

Obrigada desde já pela vossa disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Que idade têm?

R: Eu tenho 45.

R: Eu tenho 37.

- Qual a vossa zona de residência?

R: Estamos a viver em Alenquer.

- Como é composto o vosso agregado familiar?

R: Então somos nós os dois e o nosso filhote.

- Quais foram as principais motivações para decidirem adotar?

R: As motivações foi constituir uma família, no nosso caso faltava uma parte. E nós sempre tivemos esse sonho de ter um filho. E depois a ideia foi amadurecendo, a nossa vida foi-se

encaminhando para isso, as principais razões foi a nossa estabilidade financeira, acho que era coisa importante, e o facto de já termos esse sonho de ser pais, foi juntar o útil ao agradável.

- O que foi determinante para avançar com o processo?

R: Eu acho que foi o amadurecimento, foi algo muito pensado enquanto casal e precisamos de amadurecer enquanto casal, é diferente de um filho biológico. Um filho biológico muitas vezes acontece, as pessoas estão casadas e acontece. Um filho adotivo nasce primeiro no coração, de um sentimento, talvez uma necessidade de experienciar outras formas de amor da maternidade. Todos os dias nos vamos capacitando um bocadinho. O facto de termos também uma relação muito estável, já estamos juntos há 15 anos, se fosse uma relação de 1 ou 2 anos acho que não faria tanto sentido, agora numa relação como a nossa faria todo o sentido aumentar a família.

- Podem descrever como se desenrolou todo o processo de adoção?

R: É uma coisa muito recente. Inicialmente nós tínhamos umas sessões de esclarecimento, uma delas até foi adiada pela pandemia. Houve duas sessões de esclarecimento, em que foi falado dos principais fatores mais complicados. Sinceramente na primeira na reunião é para espantar qualquer adotante, essa é a intenção, “se ficar aqui é porque realmente quer adotar”. Quando eu digo para espantar é porque muitas pessoas não têm noção, é uma forma diferente de constituir família, de gerar um filho, é uma outra via apenas isso. E a primeira sessão de esclarecimento é para informar que o tempo de espera não é assim tão curto, pode ser longo, dependendo do que se coloca no questionário do que se pretende e principalmente falar se será que estamos preparados para isso, falamos muito na mochila, na mochila da criança. Eu acho que isso tem mesmo de ser feito porque há histórias de crianças que não se dão tão bem e depois retornam à instituição. Portanto a primeira sessão de esclarecimentos é falar sobre isso, sobre o tempo de espera, sobre a mochila que pode vir, é tirar a parte romântica, começando os futuros pais pisar a terra, é como começar a sentir contrações. “Se estão à espera de adotar uma criança até um ano de idade, de olhinhos azuis, cabelo loirinho, sem problemas e completamente saudável, isso não vai acontecer”, porque não é essa a realidade que existe. Disseram-nos que o tempo de espera pode ser 7 anos, que é imenso tempo para quem está a adotar. Outra coisa que me chamou a atenção, que eu fiquei espantado, foi que há mais casais adotantes do que crianças para adotar, é uma coisa que eu não fazia a mínima ideia, pensei que era justamente o contrário e muita gente tem essa ideia. Eu tinha ideia de

que todas as crianças que estavam institucionalizadas estavam para adotar e, de facto, não é isso que acontece.

Depois demos entrada do processo, depois tivemos várias reuniões, tivemos de preencher imensos documentos, muitos questionários. Enviaram-nos alguns questionários com as problemáticas parentais, “imagine que o seu filho dizia isto nesta situação, como é que você agiria?”. Depois houve reuniões com psicólogos e assistentes sociais. Disseram-nos que o tempo de espera era entre os 4 e 8 anos, mediante o nosso questionário de adoção de crianças com problemas de adoção. Como já trabalhava com pessoas com deficiência nós colocámos que se havia problemas comportamentais não haveria problema. Nós entrámos no grupo que era para crianças mais complicadas, e nem sabíamos, só soubemos depois. E depois ligaram-nos a dizer que se fosse uma criança ligeiramente mais velha, nós tínhamos posto uma criança mais pequena, porque queríamos acompanhar o percurso escolar, “mas se fosse uma criança ligeiramente mais velha vocês podiam pensar nessa questão?” e pronto nós dissemos que sim. E depois disseram que tinham encontrado uma criança, o nosso filho. Foram datas muito importantes para nós. Depois de nos darem a notícia fizemos mais duas sessões, se não me engano. Tivemos uma reunião com dois casais homoafetivos para trocámos experiências, antes de conhecermos o nosso filho. Enviaram-nos fotos do fim de semana dele e ele ainda não sabia que nós existíamos. Depois por causa da pandemia, o período para nos conhecermos foi por videochamada, foram três semanas de aproximação. Depois fomos à instituição conhecê-lo, estava envergonhado, teve de ser a cuidadora quase a empurrá-lo, mas foi extraordinário. Depois fomos para uma sala os dois sozinhos com ele e com a educadora e houve logo ali uma grande ligação entre nós os três, passado pouco minutos começou logo a abraçar-nos, houve uma grande química. Logo no primeiro encontro não é muito normal as técnicas deixarem a criança com os adotantes e logo no primeiro dia nos ficámos logo um bocadinho sozinhos com ele. Não levámos prenda, ele é que nos ofereceu uma prenda a nós. Mas o primeiro dia correu muito bem.

Como o nosso filho já tinha passado pelo processo não foi muito fácil, por causa dos traumas, as técnicas fizeram questão de dizer que não ia dar errado. Antes de encontrarmos o meu filho tivemos uma reunião, depois de encontramos fizemos outra reunião.

Nós fizemos um álbum de apresentação com fotografias nossas, os nossos nomes e onde vivíamos. No terceiro dia começámos a sair da instituição acompanhados pela cuidadora e depois íamos passear só nós os três, íamos a praia, ao jardim, ao parque, ao cinema, ao jardim

zoológico. Nessa altura deram-nos um plano de aproximação e integração que dizia o que nós fazíamos no dia a dia. Disseram-nos que, normalmente, esse plano dura uma semana, mas o nosso ia ser mais prolongado, dado ao histórico dele. Foi muito gradual, pouquinho a pouquinho, porque não sabíamos que reação ele ia ter. Portanto o período de aproximação foram, mais ou menos, 15 dias. Depois ele foi lá para casa, para o quarto dele, depois havia visitas lá das técnicas, da assistente social e psicóloga, foram conhecer a nossa casa, de vez em quando iam lá ver como estava a correr. Depois passado algum tempo enviámos o requerimento para a adoção para o tribunal, passado pouco dias recebemos a resposta que iríamos ter a audiência com testemunhas, três testemunhas. Foi muito rápido até ser decretado a adoção. Todo o processo foi muito rápido. Os números são todos alterados, cartão de cidadão, número de contribuinte, etc.

- Como caracterizam este processo?

R: O processo foi muito rápido porque não pusemos muitos pré-requisitos, podia ter doenças crónicas, hipertensão ou diabetes ou tomar remédios controlados, algum tipo de deficiência, e isso ajudou, ajudou bastante, porque não se escolhe um filho. Não escolhemos sexo, não escolhemos raça e o meu filho é a minha cara chapada!

- Quanto tempo demorou todo o processo?

R: Foi rápido. Desde que soubemos que tinham encontrado o nosso filho até à audiência em tribunal foi um ano. Cerca de dois anos.

- Quais foram as principais dificuldades e as principais conquistas nos primeiros seis meses após a adoção?

R: Eu, individualmente, foi encarar a rotina, a alimentação e a responsabilidade de um filho. Nós adultos comemos qualquer coisa, os filhos não, porque estão em fase de crescimentos, têm de comer sopa, o primeiro prato e a sobremesa. A maior dificuldade foi mentalizar que a preguiça para cozinhar tem de desaparecer. Para mim a maior dificuldade foi impor regras, os limites têm de existir. Ele está sempre a testar-nos, ao início fazia-me muita confusão.

Para mim todos os dias são uma conquista!

A nossa prioridade eramos nós e agora a prioridade é ele!

- Como caracterizam o apoio da equipa de adoção nos primeiros 6 meses?

R: As técnicas realizavam visitas. Foi um trabalho muito bem feito pela Santa Casa, as técnicas são espetaculares, fomos muito bem acompanhados. Por sermos um casal homoafetivo, não sentimos qualquer diferença no tratamento. Eu não senti em nada e fomos totalmente acompanhados, tal como somos até hoje, mas agora por vontade nossa não por necessidade de processo. São pessoas que vamos levar para a vida. Elas foram as médicas do meu parto, por isso posso dizer que a Santa Casa fez um trabalho espetacular. Sei que há muitas críticas em modo geral à Santa Casa em outros serviços, mas a nível da adoção eu senti-me extramente agradecido pelo trabalho que foi feito.

O acompanhamento foi extraordinário.

Apêndice J- Entrevista família 3

Objetivos da entrevista:
- Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
- Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção
- Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Deseja saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a sua autorização para fazer a gravação da entrevista. Autoriza esta gravação?

Resposta: Sim, autorizo.

Obrigada desde já pela sua disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Que idade tem?

R: Tenho 48.

- Qual a sua zona de residência?

R: É Lisboa.

- Como é composto o seu agregado familiar?

R: Sou eu e o meu filho.

- Quais foram as principais motivações para decidir adotar?

R: A principal motivação basicamente foi constituir uma família

- O que foi determinante para avançar com o processo?

R: Eu acho que tinha 39 anos, ou 40, e achei que estava na altura de avançar com o processo. Sempre tive essa vontade e achei que seria a altura ideal para avançar com o processo.

- Pode descrever como se desenrolou todo o processo de adoção?

R: Basicamente, quando decidi candidatar-me, fui buscar toda a papelada que era necessário preencher, tratar da documentação necessária, entreguei a documentação. Relativamente pouco tempo depois, fui sujeito a uma entrevista de triagem por parte da Santa Casa da Misericórdia. Depois dessa entrevista, fui a uma formação em que se falou sobre o que era a adoção e se tentava perceber se os candidatos tinham noção do que era a adoção. Depois esperei muito muito tempo, com alguns contactos pelo meio com as equipas de adoção. Fizeram uma visita aqui a casa, para ver se tinha as condições necessárias para educar uma criança – condições físicas. E ao longo das reuniões que fomos tendo, imagino que estivessem a averiguar se eu teria essas condições também enquanto pessoa. Houve uma outra formação, designada a formação B, que não me lembro muito bem, e finalmente a formação C, que foi uma formação mais, digamos, consistente, já muito perto da data em que conheci o meu filho. Foram alguns meses, umas manhãs com outros candidatos, em que se discutiram problemáticas de adoção, mais a sério sobre o significava e o que representava adotar uma criança, e que dificuldades poderiam surgir.

- Como caracteriza este processo?

R: Foi longo, no meu caso foram mais de 5 anos. Lembro que a maior parte do tempo não percebia porque é que tinha de esperar tanto tempo, e foi difícil gerir isso. O tempo foi válido, ajudou a preparar-me. Li muito e vi muitas coisas especialmente sobre perspectiva do adotado, que achava importante, e não é muito falada. Especialmente porque contava ter uma criança de outra etnia, e, portanto, era uma problemática que me interessava conhecer mais para depois saber agir.

- Quanto tempo demorou todo o processo?

R: Cerca de 5 anos, penso que um bocadinho mais.

- Quais foram as principais dificuldades e as principais conquistas nos primeiros seis meses após a adoção?

R: As principais dificuldades foram todas. Os primeiros 6 meses são um processo de adaptação. Há um período inicial, que no nosso caso foi muito curto, de enamoramento, entre os dois, em que tudo é maravilhoso, fantástico, espetacular. E depois há um período muito

duro, no nosso caso foi. O meu filho tem algumas questões comportamentais e também tinham sido detetadas algumas questões de dificuldade de vinculação, portanto tivemos de passar por isso tudo logo nesse primeiro semestre. Foi muito violento, muito intenso, muito difícil. A maior conquista foi conseguirmos sobreviver a esse período. Obviamente que ele ainda tem dificuldades relacionadas com o comportamento, mas aquele período inicial foi muito violento porque foi uma adaptação muito grande na minha vida. Depois no final desse período também voltei a trabalhar e conciliar o trabalho com a preocupação intensa pelo bem-estar dele. Foi muito difícil. Basicamente, fingia que estava a trabalhar. Estava sempre a pensar como é que ele estaria e o que é que poderia fazer para o ajudar a sentir-se melhor. Diria que essa foi, provavelmente, uma das grandes dificuldades. Outro desafio é que, como é um processo individual, eu passo 24h por dia, 7 dias por semana sem intervalos. E isso também se apresentou uma dificuldade acrescida. Ajustar-me de uma vida que tinha, relativamente serena, a uma vida com esta intensidade foi complicado.

- Como caracteriza o apoio da equipa de adoção nos primeiros 6 meses?

R: Foi ótimo. Estiveram sempre presentes e disponíveis. Sabiam sempre o que dizer, sabiam ajudar a tomar algumas decisões em relação ao acompanhamento do meu filho, portanto sim, senti-me apoiado e bem apoiado.

Apêndice K- Entrevista família 4

Objetivos da entrevista:
- Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
- Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção
- Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Desejam saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a vossa autorização para fazer a gravação da entrevista. Autorizam esta gravação?

Resposta: Sim, damos autorização.

Obrigada desde já pela vossa disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Que idade têm?

R: Eu tenho 44. E eu tenho 53.

- Qual a vossa zona de residência?

R: Somos de Lisboa.

- Como é composto o vosso agregado familiar?

R: Somos nós e duas crianças.

- Quais foram as principais motivações para decidirem adotar?

R: Queremos ter filhos.

- O que foi determinante para avançar com o processo?

R: Fazemos o luto das tentativas de gravidez por fertilização in vitro, que não foram bem-sucedidas.

- Podem descrever como se desenrolou todo o processo de adoção?

R: Inicialmente, procurámos alguma informação online no site da Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia. Entretanto, fomos a uma formação, promovida pela Santa Casa na zona de Lisboa, que é quem promove estas formações acerca do processo de adoção, aliás que é obrigatória antes de enviarmos o formulário de início de processo. Depois dessa formação, falámos e achámos que seria viável para nós e poderíamos avançar e iniciámos o processo. Preenchemos o primeiro formulário e depois foi o normal: desenvolvimento de uma equipa composta por duas pessoas que nos fizeram várias entrevistas, preenchemos vários inquéritos e questionários, entre eles o questionário sobre as características das crianças que nós estaríamos dispostas a adotar. Identificamo-nos a nós, o nosso passado, o perfil das crianças – muito exaustivo esse questionário – e depois no final de tudo isto, esses dois técnicos fazem uma avaliação de nós enquanto adotantes e foi-nos dado o O.K., em que estaríamos adaptas para adotar e assim foi. Entretanto, cerca de um ano e meio depois, fomos contactadas também pela Santa Casa da Misericórdia, em que teriam encontrado um match de acordo com o perfil, para falarmos do que era esse match e se estaríamos interessadas em ter uma reunião, nós dissemos que sim. Nessa reunião foram-nos apresentados os processos dos nossos filhos, e logo aí diria que estaria mais ou menos definido.

- Como caracterizam este processo?

R: Foi exaustivo, necessário, cansativo.

- Quanto tempo demorou todo o processo?

R: Nós apresentámos a candidatura em julho de 2019, e em setembro de 2019 começámos com as reuniões que terminaram em abril/maio de 2020. Aí já estávamos em pandemia. Em agosto de 2021, fomos contactadas com essa possibilidade de termos duas crianças que faziam match com o perfil que tínhamos identificado e que faziam match com o nosso perfil. Nós iniciámos o estudo antes da pandemia, mas terminámos em pandemia. E quando fomos ver os miúdos na primeira semana da integração, à Santa Casa ainda estávamos em pandemia, tivemos de estar com as máscaras e aquelas coisas todas.

- Quais foram as principais dificuldades e as principais conquistas nos primeiros seis meses após a adoção?

R: É tudo difícil. Não há nada que seja fácil. São duas crianças. Nós somos os adultos somos nós que temos de ter a capacidade racional de tentar lidar com isto tudo, porque eles não têm, obviamente, mas eles não fazem nenhuma cerimónia. Ou seja, enquanto nós adultos fazemos cerimónias e temos o cuidado de proteger o espaço do outro quando conhecemos as pessoas, isso não acontece nas crianças. Eles entram a pés juntos e fazem faltas de carrinho, para fazer uma analogia futebolística. E, portanto, é tudo difícil. E para nós terá sido, se calhar, mais fácil do que para outras pessoas, porque eu consegui tirar licença de maternidade de 5 meses, porque é uma fratria, e isso ajudou bastante. E eu trabalho em casa, a empresa é minha, por isso é muito mais fácil gerir e ter a disponibilidade que é fundamental nesses primeiros 6 meses. Disponibilidade mental, de tempo e monetária. Emocionalmente é difícil, é um encargo monetário muito importante logo a partir da chegada dos miúdos. E, portanto, não é nada fácil. Há situações que são recompensadoras, mas que só agora a esta distância, que já com um ano e pouco de vivência com eles é que os conseguimos conhecer, porque na altura até nos passa despercebido. Devido ao grau de exaustão e cansaço em que estamos. Há um facto que eu acho que também não ajuda, que eu espero que ponderem e que tentem melhorar: o Estado enquanto as crianças estão ao seu cuidado, o Estado obviamente é o responsável. Assim que nós trazemos as crianças para casa, o Estado demite-se de qualquer responsabilidade. Eu acho que as famílias adotantes deviam ter mais apoio. Nós soubemos que havia apoios, mas já tínhamos arranjado os psicólogos para eles (as crianças) no privado, já tínhamos arranjado estomatologia no privado, já tínhamos feito tudo quando afinal nos disseram que a Santa Casa da Misericórdia tem uma clínica que presta serviços quase gratuitos. Estarmos a mudar os médicos que eles já quase conheciam e tudo mais... Pronto, não o fizemos. Porque também conseguimos acomodar. Pode haver famílias que não conseguem. Acho que é importante que o Estado não largue as responsabilidades de um dia para o outro. Não é justo. No nosso caso, os miúdos são de idade escolar. A mais velha veio já para o terceiro ano da escola primária e o mais novo iniciou a escola primária connosco. E quando nós recebemos as crianças foi em setembro, ou seja, quando soubemos desta fratria foi em agosto, com as escolas fechadas, e por isso não tivemos nenhuma ajuda para, por exemplo, conseguirmos arranjar vagas em escolas públicas na nossa zona de residência. Não existe essa ligação. Somos nós que temos de tratar de tudo, somos nós que temos de andar a correr atrás. No caso eles foram para um colégio, porque não conseguimos falar com nenhuma escola, em agosto as secretarias estão todas fechadas. E, portanto, felizmente, a integração passou-se bem, nós temos a capacidade de suportar o facto de os

miúdos estarem num colégio, mas tem sido verdadeiramente difícil esta circunstância. Por isso, isto deve ser calculado, treinado e devem ser ajudadas as famílias, principalmente nesta circunstância em que eles estão em idade escolar, porque eles vêm deslocados da zona onde estão, vieram da zona de Aveiro para aqui, e para esta transferência tem de haver uma equipa que ajude os pais a fazer isto. Até para benefício das crianças, porque nós tivemos de fazer tudo, não houve nada que nós não tivéssemos de fazer sozinhas, espontâneas, procurar ajuda, procurámos na nossa rede de amigos várias soluções. É para dar um exemplo que quando se fala em ajuda, não é do ponto de vista monetário, não é do ponto de vista do acompanhamento emocional nosso, é do ponto de vista prático, coisas práticas.

- Como caracterizam o apoio da equipa de adoção nos primeiros 6 meses?

R: O apoio da equipa de adoção, tal como lhe dissemos, ele existiu. Era simples, não era uma coisa incisiva da parte delas, e mostravam-se sempre disponíveis quando nós as contactávamos. A verdade é que, não sei se por terem muita gente ou não, é que falhou um bocadinho em mostrar-nos que havia disponíveis ajudas, que viemos a saber mais tarde. Ou seja, à partida, quando a equipa sabe que nós vamos receber duas crianças, eles têm de nos dizer logo “médicos, pediatras, etc, aqui. Estomatologia, dentista, aqui. Se precisam de ajudas com a parte escolar, da autoridade tributária, incluir os miúdos na declaração de rendimentos etc”. Nada disso existiu. Foi muito proativo da nossa parte, nós íamos procurando a informação junto de outras pessoas que já teriam passado por isso, mas não é uma informação que nos é dada logo. Somos nós que temos de questionar. Admito que elas possam ter feito o melhor trabalho possível, também não sei as dificuldades que se encontram do outro lado, estavam disponíveis, atendiam-nos o telefone, era simples, nunca tivemos dificuldade, mas foi frágil. Devia ser uma coisa mais consolidada.

Apêndice L- Entrevista família 5

Objetivos da entrevista:
- Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
- Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção
- Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Deseja saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a sua autorização para fazer a gravação da entrevista. Autoriza esta gravação?

Resposta: Sim.

Obrigada desde já pela sua disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Que idade tem?

R: Tenho 51.

- Qual a sua zona de residência?

R: Sou de Tavira.

- Como é composto o seu agregado familiar?

R: Eu, os meus dois filhos e o meu marido.

- Quais foram as principais motivações para decidir adotar?

R: Desde criança que eu gostava de adotar. É sentimento para mim de ajudar alguém que precisa de uma família e dar amor a quem precisa. E assim que tive oportunidade fi-lo.

- O que foi determinante para avançar com o processo?

R: Para nós termos essa atitude é preciso as duas pessoas quererem (do casal). Tive também membros da família que deram apoio e incentivo para a adoção. Tratei da documentação em Faro, na Segurança Social. Foi tudo fácil.

- Pode descrever como se desenrolou todo o processo de adoção?

R: Foi muito simples. Um dia fui a Faro, à Segurança Social sozinha, cheguei e disse “Quero falar com alguém da parte da adoção”. Estava lá uma técnica da equipa de adoção e falei sobre a situação, que gostava de adotar uma criança. Eles não facilitam muito de início. Têm de saber mesmo os motivos, porque é que a pessoa quer adotar. Disseram “pense bem, se é isso que quer, por vezes não é bem como nós queremos”. Eles não facilitam logo à primeira, para ver se a pessoa realmente quer ou se desistem logo. Deram-me os documentos para preencher e disseram para pensar bem, preencher os documentos e voltar depois lá com o meu companheiro. Marcámos depois uma data (para uma reunião), e tive uma reunião com um grupo de pessoas que tratavam dessa situação, da parte da adoção. Fizeram-me imensas perguntas, a mim e ao meu marido, para ver se realmente nós queríamos adotar e o porquê. O processo demorou praticamente um ano até conhecermos a nossa filha, e durante esse tempo nós fomos visitados em casa, para ver se tínhamos condições, conheceram a parte familiar, para saber se a criança será aceite pela família. É um processo muito interessante, foi muito bem feito e gostei. Quem me tratou, acho que são pessoas muito profissionais e sabem mesmo o que estão a fazer.

- Como caracteriza este processo?

R: Querer, sonhar (com a situação), realizar e agradecer. No nosso caso foi muito fácil, talvez pelo facto dos profissionais terem sido muito atenciosos, e acho que tudo isso facilitou.

- Quanto tempo demorou todo o processo?

R: Foi um ano praticamente. Achava que era muito mais, às vezes falavam que era muito demorado. Como eu achei que seriam 2/3 anos, quando me ligaram eu quase nem acreditei. Foi realmente muito rápido.

- Quais foram as principais dificuldades e as principais conquistas nos primeiros seis meses após a adoção?

R: É um processo de sensibilidade. Eu tinha perdido uma bebé, não há muito tempo, e estava ainda frágil. Num aspeto ajudou, o facto de ter perdido a bebé, mas ao mesmo foi um incentivo. Porque as primeiras reuniões foram muito choronas. Há conversa sempre do

passado, e às vezes tornava-se difícil. Eles sabem mexer com a sensibilidade, e sabem realmente o que o casal quer quando chega lá, e sabem trabalhar essa parte. Foi difícil, mas foi gratificante.

Nós fomos apresentados num dia, e durante uma semana fomos visitá-la todos os dias, para ela se ir ambientando a nós, antes de vir para casa. Acho que desde o primeiro dia em que ela nos viu, foi tudo mais fácil do que eu imaginava. Ela chamou-nos mãe e pai, desde a primeira hora que nos viu, e a partir daí nada foi difícil, pelo contrário. Ela vinha cheia de amor para nos dar e nós a ela. Foi muito bom. Era pequenina, fez os dois anos connosco. Ela veio para nossa casa no dia 1 de abril, e fez 2 anos no dia 26 de abril. É muito mais difícil quando as crianças são maiores, ela apercebe-se que foi abandonada.

- Como caracteriza o apoio da equipa de adoção nos primeiros 6 meses?

R: Foi tudo fácil. Facilmente contactavam connosco, vieram fazer visitas a casa, ver se ela estava bem, davam-nos conselhos de como educá-la. Rapidamente viram que ela estava feliz.

Apêndice M- Entrevista família 6

Objetivos da entrevista:
- Compreender o decorrer do processo de adoção em Portugal
- Identificar as principais dificuldades e principais conquistas na fase de pré-adoção
- Identificar os apoios fornecidos às famílias na pré-adoção

Boa tarde.

O meu nome é Naida Correia, sou estudante do Mestrado em Educação Social- Especialização em Crianças e Jovens em Risco no ISCE- Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, e venho pedir a sua colaboração para a participação num estudo sobre o processo de adoção em Portugal. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos apenas serão utilizados para o desenvolvimento desta investigação. Desejam saber mais acerca deste estudo? Para melhor tratamento dos dados, pedimos a vossa autorização para fazer a gravação da entrevista. Autorizam esta gravação?

Resposta: Sim, autorizamos.

Obrigada desde já pela vossa disponibilidade, podemos iniciar?

Questões:

- Que idade têm?

R: Temos 36 e 37.

- Qual a vossa zona de residência?

R: Lisboa.

- Como é composto o vosso agregado familiar?

R: Somos nós os três.

- Quais foram as principais motivações para decidirem adotar?

R: Foi desde sempre. Eu fiz-lhe um ultimato, ou adotava ou não casava (risos). Eu sempre quis adotar. Eu quando andava na escola, tinha miúdos que não levavam comida para a escola porque não tinham comida em casa, comiam pão com leite ao lanche, ao almoço, e

acho que sempre tive muita consciência social para isto à minha volta, e sempre disse que queria adotar. Eu acho que vem disto, quando eu tento racionalizar, acho que vem disto. Ao contrário de 90% dos casais, nós queríamos engravidar, eu quero engravidar, o nosso objetivo para o ano é engravidar. Estamos a fazer o processo ao contrário das outras pessoas. O que nos faz levar as coisas com uma ligeireza maior, por isso não somos o típico casal que estamos naquela ânsia porque é o último recurso.

- O que foi determinante para avançar com o processo?

R: Nós tínhamos definido que queríamos adotar e tínhamos noção do tempo de espera e, portanto, nós adotámos antes de estarmos preparados, ou seja, nós pusemos o processo antes de estarmos preparados. O ponto de viragem foi ir visitar uma casa de acolhimento. Houve um ano, como prenda de Natal, foi uma caixa gigante cheia de prendas que nós fomos levar a uma casa de acolhimento, às crianças e ele percebeu o que era aquelas crianças, que eram espetaculares e ouvimos algumas histórias de miúdos de 12 anos que os processos estão atrasados e depois já ninguém quer adotar e vimos histórias de crianças espetaculares e isso mudou completamente a perspetiva do meu marido. E acho que foi isso que foi determinante. Foi uma coisa muito pensada. Nós naquele ano dissemos que até ao final do ano íamos pôr os papéis e no final desse ano pusemos os papéis. Foi muito pensado em família.

- Podem descrever como se desenrolou todo o processo de adoção?

R: No final de 2015 nós pusemos os papéis e antes de os pôr fomos a uma sessão, sessão A, esse foi o primeiro passo, foi irmos à sessão e perceber como era o processo. E depois durante as férias de Natal desse ano, decidimos preencher os papéis, nós recolhemos os papéis mas depois tem de ser bem pensado quando preenchemos tudo e foi numa altura que estávamos mais calmos, de férias que decidimos falar os dois com calma, aquilo é quase uma lista de compras. A partir daí foi 6 meses de entrevistas e testes, idas à Santa Casa, é um bocado intenso essa parte, essa parte passou depressa. Depois dão-nos um papel e a partir daí esperamos, e esperamos e esperamos, sem nenhum *feedback* concreto. Depois a parte mais chata, ao fim de 4 anos a legislação muda e temos de ir lá, pela nossa autorrecreação dizer que queremos continuar em lista de espera, isso é que foi um bocadinho chato porque ao fim de 4 anos sem nenhum *feedback* temos de voltar lá, ainda temos de ser nós, os candidatos, a ir lá e dizer que continuamos em espera. Tentámos perguntar se havia alguma novidade e nada. Passado uns meses ligaram-nos por causa de uma criança possivelmente mais velha, mas não era nenhuma proposta concreta, era só para perceber se tínhamos em flexibilidade

em ...Não nos fizeram a proposta, foi só uma chamada. Tentaram testar terreno. Nós apanhámos também a transição da Santa Casa, das equipas, ou seja, passou a haver equipas só das casas, e, portanto, ainda tivemos uma outra equipa que veio ainda cá fazer, neste período em que nós aceitamos, veio uma outra equipa à nossa casa segundo o nosso processo. Na fase que foi a adoção voltámos à equipa original, porque era a equipa que fazia a parte da integração. Ao fim dos 4 anos, 2019, é que vamos a uma sessão C, não podem dizer, mas temos todos a perceção, que á partida, já não falta muito. Em teoria, no ano de 2020 todos os candidatos que ali estão, mais ou menos, uns a esperar há mais tempo, outros há menos tempo, mas estão todos ali no *ranking* de próximos candidatos. Aí caiu-nos a ficha, fizemos umas férias grandes para nos preparar, fizemos obras em casa, no ano seguinte, mas tivemos a perceção no final de 2019, passado 4 anos, que realmente no ano a seguir alguma coisa de desenrolaria, mas, obviamente, ninguém nos pode confirmar isso. A partir daí foi um processo muito rápido, porque ligam-nos a dizer que efetivamente há uma criança, há um caso, em dois ou três dias marcamos a reunião e a partir daí é tudo uma catapulta de ..., e nós mesmo assim apanhámos feriados e conseguimos esticar um bocadinho mais, porque estávamos em plenas obras. Então tivemos de fazer as obras à pressa no quarto, pintar o quarto, comprar móveis. Nós éramos daqueles casais que não estávamos nada preparados. Nós tínhamos os nossos critérios até aos 6 anos, mas bastante abertos, podia ser mais nova com alguma deficiência ligeira, ligaram-nos para uma criança de 2 anos. Nós tomamos a decisão perante uma ficha, um caso. Depois dita a decisão que sim, mostram-nos as fotos delas e dizem-nos o nome, e tudo mais. Mas tivemos uma vantagem, nós levámos isto sempre com muita banalidade, e quando nos ligam e nos dizem a idade, assumimos logo que ela tinha algum problema, claro que pelo telemóvel não nos é dito, mas já tínhamos falado sobre os nossos limites, das pessoas que nós conhecíamos que também tinham algumas questões, o que é que nós aceitaríamos ou não. Mas cumpriram, até menos do que os critérios, mas já tínhamos esta vantagem, quando fomos ver o relatório já tínhamos conversado mais ou menos. Mas quando recebemos o papel é quase impossível de dizer que não. Normalmente é um processo de 2 semanas, mas nós conseguimos ter quase um mês, para termos a casa pronta. O processo de integração foi muito fácil. Eu acho que imediatamente se percebeu a empatia, ela teve imensa empatia connosco. Ela não falava nada e só começou a andar aos dois anos e nos primeiros dias que nos conhece diz “papá” e “mamã”. Ela adaptou-se mesmo muito bem. Nós depois tínhamos reuniões de mês a mês e as últimas reuniões era só porque sim. A equipa foi à escola, conhecer a escola. Foi um processo muito fácil. Em termos de

equipa, não temos nada a reclamar, nada mesmo. O que eu digo sempre é que havia muito tempo sem promoverem algum tipo de formação, reunião entre as pessoas que estão à espera, debates, é mesmo, protocolarmente feito assim, depois não há recursos para promoverem reuniões, mas as pessoas sentem-se perdidas. Se fomos lá passados 4 anos depois, estamos ali outra vez sem qualquer reposta, esta segunda vez, para muita gente, é quase um desistir, podia ser um desistir. É quase um desespero voltar lá. Se calhar se fossem promovendo um bocadinho de apoio, mas dizem “vocês têm os contactos reúnam-se entre vocês”, mas não desta equipa em particular, é do sistema em si. Não está montado o processo para algum acompanhamento aos candidatos. Falar com pessoas que adotaram, ver mais exemplos

- Como caracterizam este processo?

R: A espera, mas não é a espera, é o vazio. Alguns testes são um bocado repetitivos. Acho que devia haver mais visitas ao lar. A parte inicial é uma parte repetitiva e incompleta. Não visitaram, por exemplo, a rede de apoio. No nosso caso só visitaram a nossa casa uma vez. As pessoas até podiam ter confiança em nós, mas acho que podia ser um processo mais próximo, com menos testes, havia muitos testes escritos, muita coisa técnica e menos visita, menos contato direto. E depois a parte da integração que é um bocado intensa, eu percebo que tem de ser rápido, não pode ser aos bocadinhos, tem de ser uma semana e cortar as relações. Para mim foi a parte mais intensa do processo, foi trazer a miúda para casa, sabendo que estávamos a fazer uma coisa boa por ela e por nós, mas ela sentia que alguém a estava a raptar quase. Tem uma parte intensa, um bocadinho vazia no meio e incompleta no início. E acrescentava que a escolha também é intensa, olhar para aquela lista toda, é uma lista de compras gigante, não é fácil a pessoa pensar como vai escolher, acho que é importante, mas difícil.

- Quanto tempo demorou todo o processo?

R: Demorou 5 anos e meio. Se contar com o tribunal e o cartão de cidadão é 6 anos.

- Quais foram as principais dificuldades e as principais conquistas nos primeiros seis meses após a adoção?

R: Foi o primeiro impacto foi trazê-la, porque tudo o que é novo para ela, ela tem sempre muito medo. O trazê-la para casa foi mesmo ansiogénico, porque nós víamos o medo dela. Foi um processo muito desgastante. Ela é super dócil, super fácil de lidar, mas houve um aspeto concreto, a pandemia, mas pandemia a sério. A dificuldade de estar com uma miúda,

não poder ir a um parque, não poder ir a um escorrega, não poder ir a um café, não poder estar com os meus pais, ela interrompeu a ligação com os avós e depois teve de a retomar. Eu acho que a grande dificuldade foi estarmos num momento muito especial das nossas vidas, felizmente ela foi impecável, se pudéssemos sair tinha sido mais fácil. Também foi difícil a procura de médicos, porque ela tem uma questão genética que não é comum, então tivemos de ir a uma geneticista, depois ela explicou-nos as intervenções que devíamos de fazer, depois cardiologistas, ortopedistas, tudo o que era médicos, tudo nestes 6 meses. as conquistas, como ela tem esta questão, por um lado é mais desafiante, mas por outro lado mais facilmente vemos pequenas evoluções, mas as nossas vidas não têm nada haver do que eram para o que são! Nela é mais fácil ver mudanças.

- Como caracterizam o apoio da equipa de adoção nos primeiros 6 meses?

R: A mínima coisa que nós tínhamos para o bem e para o mal ligávamos para a equipa, a qualquer hora do dia. Esclareciam-nos sempre. Deram espaço quando perceberam que estava tudo controlado. Souberam dar o espaço, mas estavam disponíveis quando era preciso. Ainda hoje são super disponíveis.

Apêndice N- Pedido de autorização à Santa Casa da Misericórdia

